



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RODRIGO TAGLIATTI RIBEIRO

**O processo de reestruturação espacial em Contagem-MG: Um
amálgama entre o velho e o novo**

**São João Del-Rei
Agosto/2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RODRIGO TAGLIATTI RIBEIRO

**O processo de reestruturação espacial em Contagem-MG: Um
amálgama entre o velho e o novo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João Del-Rei. Área de concentração: Análise Ambiental e Territorial. Linha de Pesquisa: Dinâmica do Espaço Rural e Urbano.

Área de concentração: Análise ambiental e territorial

Linha de pesquisa: Dinâmica do espaço rural e urbano

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo

**São João Del-Rei
Agosto/2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696p Ribeiro, rodrigo tagliatti .
O processo de reestruturação espacial em Contagem
MG: : Um amálgama entre o velho e o novo / rodrigo
tagliatti Ribeiro ; orientador Márcio Roberto
Toledo. -- São João del-Rei, 2022.
94 p.

Dissertação (Mestrado - Geografia) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2022.

1. Reestruturação espacial produtiva. 2.
refuncionalização dos espaços industriais. 3.
transformação capitalista. 4. Contagem-MG. 5. Região
Mteropolitana de Belo Horizonte. I. Toledo, Márcio
Roberto , orient. II. Título.



Universidade Federal
de São João del-Rei

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL EM CONTAGEM-MG: UM
AMÁLGAMA ENTRE O VELHO E O NOVO**

Autor: Rodrigo Tagliatti Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. Marcio Roberto Toledo

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:

Prof. Dr. Marcio Roberto Toledo — Orientador
Universidade Federal de São João del-Rei — UFSJ

Documento assinado digitalmente

CH 11.123

HUMBERTO CATUZZO
Oat-ca: 30*06,2022 2J:SI:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Humberto Catuzzo

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri — UFVJM

Prof. Dr. Ivair Gomes
Universidade Federal de São João del-Rei — UFSJ

Prof. Dr. Rafael Roxo dos Santos
Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

São João del-Rei
Agosto de 2022

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Shopping Itaú.....	21
Figura 2: Centro de Memória dos trabalhadores e da Indústria de Contagem.....	23
Figura 3: Regiões administrativas do município de Contagem-MG.....	50
Figura 4: Localização da cidade Industrial.....	52
Figura 5: Vista aérea da Cidade Industrial (década de 70)	48
Figura 6: Planta original da Cidade Industrial.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estratégias de reestruturação produtiva adotadas nas indústrias de médio e grande porte	62
Quadro 2: Perfil das empresas de Contagem (MG).....	63
Quadro 3: Divisão de ocupação do trabalho entre todos os setores da economia do município de Contagem-MG.....	76
Quadro 4: Divisão de ocupação do trabalho entre os setores secundário e terciário da economia do município de Contagem-MG.....	76
Quadro 5: A divisão da arrecadação de impostos entre os setores secundário e terciário da economia do município de Contagem-MG.....	78
Quadro 6: Breve Histórico da Renda per capita no município de Contagem-MG.....	79
Quadro 7: Análise do Produto Interno Bruto do município de Contagem.....	79

LISTA DE SIGLAS

EUA-Estados unidos da América

FJP- Fundação João Pinheiro

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMRS- Índice Mineiro de Responsabilidade Social

PEC -Planejamento Estratégico de Contagem

PIB-Produto Interno Bruto

PLAMBEL-Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PMC- Prefeitura Municipal de Contagem

PNB-Produto Nacional Bruto

RMBH-Região Metropolitana de Belo Horizonte

SEF-Secretária de Estado da Fazenda

SMDU- Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano

TCU-Tribunal de Contas da União

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

VAF-Valor Adicionado Fiscal

“Dedico este trabalho a todas as pessoas que decidiram lutar pelo fim do subdesenvolvimento e da dependência externa na qual estamos submetidos em pleno 2022 no Brasil. Não é hora de desanimar, pois o nosso compromisso significa alimentar a práxis revolucionária.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço por estar aqui vivo realizando mais essa tarefa que tanto desejei e lutei ao longo dos últimos anos, sem dúvida esse momento é extraordinário.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marcio Roberto Toledo que me orienta e ensina desde os tempos da iniciação científica graduação e também agora no mestrado, é sem dúvida uma referência moral, ética e intelectual na minha vida.

Agradeço ao corpo docente da Pós-graduação em Geografia da UFSJ por todas as contribuições ao longo da graduação e do Mestrado.

À minha companheira Matilde, por tudo o que vivemos e tudo o que ainda iremos viver dessa vida.

Aos meus pais, Ronaldo e Alzira, por serem o meu porto seguro nessa terra.

Aos meus irmãos Rodney e Reinaldo, por serem uma fonte de amparo em diversos momentos e aos meus queridos sobrinhos Laura e Benjamin.

À minha família Ribeiro que exemplifica a luta do nosso povo brasileiro que tanto luta e batalha, e a família Tadim por me acolher durante todo esse tempo com muita amizade.

Aos amigos, Cleisson, Juliana, Henrique, Fernando, Atila, Lucas que estiveram junto nessa caminhada que se arrasta por duas décadas.

Aos amigos da graduação Tê, Punk, Chico, Luciano, Ramonzim, Ginho, Brunão, Jana e tantos outros que foram determinantes para os momentos de reflexão e aprendizado.

Aos queridos(as) alunos e alunas e todos os professores(as), diretoras e profissionais do Colégio Avance Esmeraldas-MG que realizam no cotidiano um trabalho de exemplo para a educação brasileira, e que tanto me ajudaram nessa etapa.

Agradeço a todos os homens e Mulheres que estiveram ao longo da história escolhendo o lugar certo da luta, confesso que se foi possível alcançar esse título, devo minhas conquistas e glórias a todos os que passaram por esse país e decidiram lutar pelo bem comum.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de refuncionalização de antigos espaços industriais que servem, na atualidade, para o avanço do setor terciário no município de Contagem-MG. O recorte espacial é a chamada “cidade industrial”, ambiente responsável pela gênese do desenvolvimento industrial de Minas Gerais e produto da formação da região metropolitana de Belo Horizonte. Neste estudo, diagnosticamos a redefinição do perfil econômico de investimento da cidade industrial, assegurando, assim, uma transição capitalista do papel industrial para o de serviços e de comércio. Foram analisados alguns locais da “cidade industrial” de Contagem que passaram pelo processo de refuncionalização, ou seja, de inserção em uma nova lógica empresarial que redefiniu o papel de Contagem-MG na dinâmica da economia mineira, transformação essa local que acompanhou as mudanças do mundo capitalista. O modo de produção passou por uma grande transformação em seu processo produtivo no que se refere a lógica empresarial alterada da perspectiva fordista para a da acumulação flexível, o que nos sugeriu alguma atenção para o nosso estudo de caso. Abordamos, em consequência, o histórico do planejamento econômico de Minas Gerais a partir da consolidação da “cidade industrial”, como elemento estruturante para a inserção de Contagem-MG, na industrialização brasileira. Industrialização essa que possui caráter tardio. Demonstramos que o município de Contagem possui em sua formação elementos históricos de industrialização em confluência de um avanço terciário em sua produção do espaço urbano.

Palavras-chave: refuncionalização, “cidade industrial”, Contagem (MG).

ABSTRACT

The aim of this research is to understand the process of refunctionalization of old industrial spaces that currently serve for the advancement of the tertiary sector in Contagem-MG. Contagem is in the metropolitan area of Belo Horizonte. In this dissertation, we aim to diagnose the probable redefinition of the industrial city's economic investment profile, thus ensuring a capitalist transition from the industrial to services and commerce role.

In this sense, the study analyzed some places in the Industrial City of Contagem that underwent refunctionalization, that is, the insertion of a new business logic, thus redefining the role of Contagem-MG in the dynamics of the Minas Gerais economy. A transformation that followed different scenarios in the capitalist world, thus being able to be diagnosed between center and periphery.

In order to support this hypothesis, our study is based on the understanding that the world has undergone a great transformation in its production process with regard to the altered business logic from the Fordist to the flexible accumulation perspective, which suggested some attention to the studied case.

Consequently, we approach the history of economic planning in Minas Gerais from the consolidation of the Industrial City, as a structuring element for the insertion of Contagem-MG, in the late Brazilian industrialization.

The end of this research approaches the productive spatial restructuring, understanding that the municipality of Contagem has in its formation historical elements of industrialization in confluence of a tertiary advance in its production of urban space.

Key words: Refuncionalization, "Industrial City", Contagem (MG)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A CONSTITUIÇÃO DA RMBH E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG	17
1.1. A refuncionalização da Cidade Industrial no município de Contagem-MG.....	20
1.2. Aspectos fundamentais da transição Fordista para a Acumulação Flexível no Brasil	29
CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA ECONÔMICA INDUSTRIAL EM MINAS GERAIS VINCULADA AO BRASIL	37
2.1. O Desenvolvimento da Cidade Industrial e seus reflexos estruturais	44
CAPÍTULO 3 - A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL PRODUTIVA DA CIDADE INDUSTRIAL	60
3.1. A reestruturação produtiva a partir da produção do espaço urbano	67
3.2. O Estado e a reestruturação espacial da produção	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga o processo de refuncionalização de antigos espaços industriais, sendo a área de estudos a região limítrofe de Belo Horizonte e Contagem (MG), a chamada cidade industrial “Coronel Juventino Dias”, primeiro vetor de crescimento industrial da capital mineira, avaliando o papel do Estado no processo de abandono de antigos espaços industriais, bem como a natureza dos novos empreendimentos realizados nesses espaços que modificam o espaço urbano. Busca ainda explicar se houve ou não um processo de valorização fundiária da região, as condições para o declínio produtivo das unidades fabris, a possibilidade de avanço da especulação imobiliária e problematizar a questão do planejamento urbano e regional.

A investigação foi feita com o auxílio dos documentos do Índice mineiro de responsabilidade social (IMRS), PEC planejamento estratégico de Contagem, PMC prefeitura municipal de Contagem, SMDU secretária municipal de desenvolvimento urbano, dados da fundação João Pinheiro (FJP), Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), do Instituto de Geociências da UFMG, do centro de desenvolvimento e planejamento regional da Universidade Federal de Minas Gerais, EA Escola de Arquitetura da UFMG, entre outros. Além de obras de cunho acadêmico da Geografia e de áreas afins ao projeto proposto.

No primeiro capítulo, apresentamos o tema da inserção industrial de Contagem na produção da (RMBH) analisando e descrevendo os fatores sociais, políticos e econômicos. É fundamental para o nosso estudo considerar os fenômenos e os processos implicados sob a lógica da totalidade inserida na especialização dos lugares, procurando, assim, analisar as mudanças dos espaços de reprodução do capital e examinar as mudanças dos processos produtivos a partir do controle técnico e financeiros dos grandes centros urbanos.

A refuncionalização dos espaços industriais é dimensionada a partir da análise das formas que são resultados de fatores históricos sendo que a dinâmica política e econômica engendra, no conjunto da sociedade, novas formas diante de suas necessidades de

reprodução do capital e, nesse aspecto, haverá assim uma amálgama entre o velho e o novo em sua totalidade.

Nesse arcabouço de transformações socioespaciais no Brasil, a pesquisa salienta a transição do modelo fordista para a acumulação flexível e, nesse aspecto, é necessário compreender que o fordismo se estruturou por meio da profunda divisão do trabalho, da produção em massa, do modo de vida dos trabalhadores atrelado ao consumo e à alta regulação estatal na mediação entre capital e trabalho. Contudo, o seu “esgotamento” resultou na reestruturação produtiva por meio da desintegração especializada do trabalho, da expansão espacial dos processos produtivos e da flexibilização dos produtos e padrões de consumo.

No capítulo dois, realizamos uma recuperação da política econômica de Minas Gerais, vinculada ao Brasil, ressaltando que o processo de desenvolvimento econômico mineiro foi marcado pela sua forte sustentação sobre a rica base de recursos naturais e sua integração à divisão inter-regional do trabalho. Nesse aspecto, é relacionado à dinâmica nacional a ideia de que os recursos utilizados na industrialização do país não foram fruto de um processo histórico de acumulação de capital interno anterior e no uso da transferência de valor das colônias, mas resultado da dependência dos preços dos produtos exportados pelo latifúndio, destacando, assim, um processo de industrialização de âmbito nacional, desde a raiz, vinculado ao mercado mundial dominado pelas potências imperialistas.

É nesse estágio de desenvolvimento que o texto dimensiona a existência do decreto nº 770, de 20 março de 1941, em que o Governo Estadual Benedito Valadares (1933-1945) declarou de utilidade pública e desapropriou uma área de 270 ha para a construção da chamada “Cidade Industrial”. Esse local conhecido como “Ferrugem” situava-se na divisa de Belo Horizonte e do distrito de Contagem, na época pertencente a Betim. O local se mostrava ideal para a instalação de indústrias, já que estava fora do núcleo urbano de Belo Horizonte. O local escolhido era servido pelas ferrovias e era próximo a fontes de matérias-primas minerais. Em 1948, a Cidade Industrial foi incorporada à Contagem, passando a se constituir num distrito, hoje, chamado Distrito Industrial Cel. Juventino Dias. Nas décadas de 1950 e 1960, aconteceu a implantação da significativa das indústrias têxtil na cidade industrial, iniciando assim o processo do

período neodesenvolvimentista pela substituição das importações que começa a ocorrer no país.

Esse caminho foi promissor até a década de 1970. No início deste período, em decorrência da chamada Crise do Petróleo (em 1973, com o embargo dos países árabes e aumento do preço do petróleo), o setor industrial sofreu um dos primeiros impactos significativos. Outro impacto se deu com a chegada das novas áreas industriais de Belo Horizonte (como a área industrial da região do Barreiro) e, sobretudo, em Betim que passou a competir com o município. Com o advento dos anos 1980, a crise econômica pela qual passou o Brasil, com estagnação do crescimento econômico e inflação acelerada, se refletiu na dinâmica industrial de Contagem-MG caracterizada pelo decréscimo na participação da formação do (PIB) estadual e o rebaixamento da força de trabalho ocupada na indústria. Existe, em Contagem, desde a década de 1980, a diminuição do peso do setor secundário na economia local e, simultaneamente, um significativo crescimento das atividades relacionadas ao setor de serviços. Em relação à dinâmica populacional e aos padrões de ocupação do solo, em todas as regiões do município ocorrem mudanças no ritmo de aumento e distribuição espacial da população.

A implementação de melhorias na infraestrutura urbana, o provimento de serviços de consumo coletivo e a pouca disponibilidade de espaços para novos loteamentos provocam a valorização imobiliária, o que, por consequência, altera os padrões de ocupação. A partir da década de 90, a cidade diversificou substancialmente sua atividade econômica com a ampliação do setor de serviços. Neste contexto, ganham força o comércio atacadista e a indústria de alimentação e, assim, algumas fábricas, por anos abandonadas na Cidade Industrial, são transformadas em novos empreendimentos.

A reestruturação produtiva desenvolvida no capítulo três explica que, no município de Contagem, transformações espaciais foram promovidas, tanto em relação à nova localização dos antigos terrenos industriais, como também na mudança das infraestruturas e nos serviços do espaço em que as indústrias mais novas foram se instalando.

Nesse sentido, as estratégias de localização dos estabelecimentos industriais em Contagem diferem, basicamente, segundo a época de instalação das empresas. Para aquelas que se instalaram nas primeiras décadas de ocupação do parque industrial, entre

os anos 1940 e 1970, prevaleciam os fatores clássicos de localização: incentivos fiscais, baixo custo de mão-de-obra, facilidade de financiamentos e proximidade de insumos, haja vista que predominavam os ramos de metalurgia e cimento. Já na atualidade, as principais vantagens destacadas pelos gestores foram fatores relacionados principalmente às economias externas, tendo sido selecionados em ordem de importância: a infraestrutura urbana, a qualidade de vida e a localização de clientes.

A redefinição do perfil de investimentos na região metropolitana busca assegurar uma renovação na forma de reprodução do capital, substituindo a indústria por serviços e comércio. O espaço urbano, nesse sentido, é concebido como uma mercadoria por meio das relações sociais desenvolvidas no modo de produção capitalista. Sendo assim, a cidade ganha um significado novo na lógica do empreendimento, passando a ser organizada por um critério de gestão, colaborando com um contexto de mercado e encontrando no próprio mercado as condições necessárias para sua organização.

Diante da reestruturação produtiva, que inexoravelmente atua na organização dos territórios, entre o global e o local, ressurge a necessidade da análise regional, no sentido de verificar com maior riqueza de detalhes as particularidades intrínsecas de cada local. Compreendemos que a cidade industrial não é apenas um conjunto de firmas localizadas numa mesma região geográfica, mas um conjunto de empresas, geralmente da mesma cadeia produtiva, que se reúnem em rede coletiva, dividindo esforços mediante a especialização e a subcontratação. Constituem características dos distritos industriais: a difusão de ideias e inovações técnicas, a colaboração entre firmas, o dinamismo empresarial e a existência de mão-de-obra treinada e adaptável.

CAPÍTULO 1 - A CONSTITUIÇÃO DA RMBH E A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM-MG

A cidade de Contagem-MG, caracterizada pela relevante construção de um Parque Industrial como fonte de renda e geração de empregos para o conjunto de sua população, bem como eixo de atração migratória, possui nos seus traçados históricos o pertencimento à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) constituída de um sistema viário planejado para comportar um fluxo intenso de veículos e cargas. É cortada por algumas principais rodovias brasileiras; a BR-381, Fernão Dias (acesso a São Paulo), a BR-262 (acesso a Vitória e ao triângulo mineiro) e a BR-040 (acesso a Brasília e ao Rio de Janeiro). Sobre a concepção do eixo oeste da região de Belo Horizonte, Plambel (1987 *apud* LAGES, 2020, p.207) afirma:

O histórico de conformação do vetor oeste evidencia o papel fundamental do poder público como articulador do processo de metropolização de Belo Horizonte, além de agente de mediação entre as demandas sociais e os interesses do mercado. Apontado como primeiro eixo de conurbação da RMBH, o vetor oeste tem seu histórico de consolidação diretamente relacionado à produção industrial e à habitação operária. A origem do processo de expansão nessa direção pode ser interpretada como fruto da relação entre infraestrutura viária, valor da terra e atratividade econômica. Foi criada uma conexão com a região central de Belo Horizonte, que, catalisada pela oferta de trabalho proveniente da indústria, configurou um panorama favorável para o parcelamento do solo, facilitado pelo baixo valor das terras na região ainda considerada periférica. Pode-se, assim, observar o papel fundamental do Estado como agente nesse contexto: a implantação da cidade industrial Juventino Dias inicia um processo de provisão de infraestrutura pública que reflete na valorização do solo em suas proximidades. Essas terras passam, então, a ser intensivamente parceladas, mas parcialmente comercializadas, no intuito de obter ganhos ainda maiores (PLAMBEL, 1987 *apud* LAGES, 2020, p.207).

A localização privilegiada a torna um centro polarizador que conta com um sistema viário bem planejado, o que garante sua integração interna e as demais articulações com os outros centros do país. O município ocupa uma área de 195,045 km² e possui uma cerca de população 668.949 mil habitantes.

Contagem na década de 1940 passou a sediar o maior complexo industrial do estado de Minas Gerais. De acordo com Ferreira (2002 *apud* Soares 2011, p.17),

Dentre as ações adotadas, nas décadas de 1930 e 1940, na capital e no entorno, destacam-se: (a) a implantação da Zona Industrial de Belo Horizonte, ao longo das linhas ferroviárias Oeste de Minas e Central do Brasil e do Ribeirão Arrudas; (b) a concepção e implantação da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, nos limites dos municípios de Belo Horizonte e Contagem; (c) a inauguração do Complexo de Lazer da Lagoa da Pampulha, empreendimento projetado por Oscar Niemeyer e que contém obras de vários artistas plásticos (Portinari, Ceschiatti, Paulo Werneck e Burle Marx), compreendendo um conjunto de edifícios dispersos ao redor do lago artificial – Casa do Baile, Iate Clube, Igreja de São Francisco de Assis e o Cassino (atual museu de Arte da Pampulha); (d) a ampliação do Aeroporto da Pampulha, que se tornou comercial; (e) a desapropriação para a implantação e início da construção da Cidade Universitária na região da Pampulha; (f) investimentos no sistema rodoviário e ferroviário, em especial o prolongamento da Avenida Amazonas e a abertura da Avenida Antônio Carlos, vias que interligam o Centro de Belo Horizonte ao Núcleo Industrial e à Região da Pampulha.” Cidade Industrial. Atraídas pelos incentivos fiscais do governo estadual, indústrias de peso se instalaram na região, a localização escolhida para o novo empreendimento de caráter industrial era uma região contígua aos limites da zona oeste de Belo Horizonte, que dava continuidade a uma malha urbana já existente. Similar ao modo como foram organizadas outras cidades que se desenvolveram a partir da ampliação do circuito de produção espacial industrial.

A paisagem do município de Contagem – MG é marcada pela instalação de terrenos destinadas à edifícios industriais e para a habitação de seus funcionários. Nas suas fundações históricas, Contagem – MG é circunscrita no âmbito da necessidade de expansão do núcleo industrial de Belo Horizonte, o qual, estrategicamente, é disposto em suas terras. Gradativamente as áreas rurais se transformaram em bairros urbanizados e o que se chama de “Cidade Industrial”. Carneiro (2017, p74) explica que:

Em meados da década de 1940, o então governo de Minas na intenção e aspiração de impulsionar o desenvolvimento regional e consolidação de Belo Horizonte como principal polo econômico do estado, assina o decreto de implantação da Cidade Industrial. A escolha de localização da Cidade Industrial, desmembrada da capital e em área pertencente ao município de Contagem – distrito de Betim – deu-se por motivos políticos e econômicos. Entretanto, de qualquer modo, mesmo estando fora dos limites da capital, a cidade industrial mantinha-se interligada a Belo Horizonte, por se tratar de uma região contígua aos limites da zona oeste da capital, representando uma continuidade da malha urbana existente e forte influência na formação da RMBH.

Várias das táticas de ampliação do capital aconteceram nas últimas décadas do século XX. O processo afetou a organização do espaço da indústria e a localização dos empreendimentos industriais no mundo e também no Brasil. Nas palavras de Botelho (2002, p.55),

De forma geral, há uma relação histórica entre o capital e o espaço, na busca do primeiro de superar alguns de seus próprios limites diante de si mesmo e da força de trabalho. O capital, sobretudo o grande capital, por meio de sua crescente mobilidade, busca explorar, nos diversos lugares, os diferenciais existentes nos custos de mão-de-obra, matérias-primas, energia, subsídios estatais etc. Essa busca histórica do capital por áreas mais atrativas, por sua vez, afeta a organização do espaço da indústria e a localização dos empreendimentos industriais no território.

O avanço das políticas neoliberais demonstrou rapidamente sua face mais perversa aprofundando desigualdades socioeconômicas de todo o tipo no país. O espaço urbano mostrou-se território de acirramento destas desigualdades, e a chegada da década de 2000 marcou um ponto de retomada dos preceitos do planejamento para a melhor eficiência do Estado (VALE, 2019, p.14).

A organização do planejamento urbano da RMBH foi desenvolvida pela autarquia conhecida como Plambel (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte), que a despeito das diferentes análises setoriais para a assimilação dos problemas urbanos da metrópole, acabou reunindo seus trabalhos em obras de infraestrutura e saneamento. Tendo em vista o anúncio do plano de redemocratização que atravessaria o Brasil e a confecção da Constituição Federal de 1988, nasceu a perspectiva municipalista de grande relevo na conjuntura da época. Neste contexto, o Brasil alavancou um esgotamento do modelo sustentado na industrialização ancorada em gigantescos investimentos públicos. Diante da crise de natureza fiscal do Estado, houve da mesma forma uma redução do papel dos sistemas de planejamento, de âmbito nacional e estadual.

1.1. A refuncionalização da Cidade Industrial no município de Contagem-MG

A (re)produção do espaço urbano industrial, por meio das economias de aglomeração, é analisada aqui em função de alguns indícios relacionados como as vantagens comparativas que as principais cidades apresentam: proximidade com o mercado consumidor, facilidade com a rede de transportes e comunicações, a abundância de força de trabalho disponível, a logística complexa com um número maior de fornecedores e a oportuna redução de riscos por meio de escolhas de uma má localização. Esses fatores são responsáveis pelo ordenamento e planejamento do território e foram determinantes para a constituição do objeto de estudo desta dissertação. “No que diz respeito às áreas industriais tradicionais, a transformação do modelo “clássico” de cidade industrial está associada a uma nova forma de organização do mercado imobiliário: o megaprojeto ou o super espaço multifuncional privado (complexos empresariais e os *shopping centers*), associado a um esvaziamento e à degradação das áreas de atividade industrial” (ROLNIK, 1994).

Essa articulação engendrou transformações na vida social que condicionou o recente processo de redefinição espacial e da dinâmica urbana do município de Contagem-MG. No que se refere à produção do espaço, as estruturas que compõem a paisagem tornaram-se obsoletas, impróprias às novas funções e, nesse sentido Milton Santos (1985, p.55) alerta para que as formas são antes de tudo um resultado e um fator social – quando a sociedade impõe novas funções, não é possível destruir todas as formas precedentes. Assim sendo, ocorre uma mistura de formas novas e velhas: “estruturas criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções ou se adequando a formas velhas, criadas em instâncias já passadas” (SANTOS, 1985, p.55).

Uma das expressões desse processo de reestruturação espacial, o *Shopping Itaú*, localizado na Avenida General David Sarnoff, número 920 (figura 1) é um complexo comercial instalado onde antes estava a Companhia Cimento Portland. Nele, hoje, há diferentes segmentos do setor terciário da economia.

Figura 1- Shopping Itaú



Fonte: Google Earth, 2021.

A Companhia Cimento Portland permaneceu nesse endereço por mais de 40 anos e foi uma das mais importantes da região e do estado de Minas Gerais, fornecendo cimento para grandes obras, como por exemplo, para a construção de Brasília. A Companhia de Cimento Portland, com capital de 20.000 contos e capacidade de 200 t/dia foi a indústria mais importante a se instalar na Cidade Industrial. Poucas indústrias a princípio se animaram a instalar-se na nova cidade industrial em formação. Ausência de mercados consumidores em suas proximidades e a precariedade dos transportes, para os maiores centros urbanos do país, anulavam os esforços do governo Mineiro que, ofereciam todas as facilidades para a atração de novas indústrias para o parque industrial que se pretendia criar. A figura 1 mostra quatro chaminés construídas nas décadas de 1940, 1950 e 1960 do século XX. A fábrica foi desativada na década de 1970 do século XX, depois de intensas mobilizações populares contra a poluição e demolida em 1998 para dar lugar ao Itaú Power Center. Foram preservados, entretanto, as chaminés e o prédio administrativo que abrigava os escritórios da fábrica. Botelho (2002, p.57) explica que

O espaço das áreas que sofrem a reestruturação produtiva e a desconcentração industrial é transformado, ocorrendo, nesse processo, uma desarticulação das relações socioeconômico-espaciais que prevaleciam anteriormente (tanto nas áreas centrais da metrópole quanto na área para onde as indústrias migram) e a constituição de novas articulações. Vale lembrar que esse processo não se dá livre de contradições; ao contrário, elas afloram a cada momento.

A refuncionalização de um determinado espaço promove um novo valor de uso e de troca, sendo assim, quando o processo de refuncionalização é analisado, é necessário que se estabeleçam os diferentes períodos definidos pela implementação de objetos que, em conjunto, têm seus níveis técnicos relacionados a um determinado recorte de tempo. Nesse sentido, a produção capitalista do espaço urbano orienta o uso do solo como uma mercadoria. Para Harvey (2005, p. 176):

A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) em entretenimento, se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana.

Na Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, atualmente, é recorrente a instalação de atividades comerciais, institucionais e de prestação de serviços, sendo que, segundo Ferreira, “em 2002, no núcleo industrial e seu entorno, somente 524 de um total de 1634 estabelecimentos existentes são industriais” (FERREIRA, 2002, p. 103 *apud* SOARES, 2011, p.101). Esse espaço, “tornou-se mais do que um aglomerado de indústrias e consolidou seu papel de polo metropolitano e centro industrial, comercial, institucional, de prestação de serviços, bem como local de moradia para a população que habita as vilas e ocupações existentes em seus limites” (FERREIRA, 2002, p. 103 *apud* SOARES, 2011, p.101).

Outro exemplo da refuncionalização de espaços industriais é o centro memorial a Direcional Engenharia construiu o “Centro de Memória dos Trabalhadores e da Indústria de Contagem”. O complexo, de aproximadamente 4,5 mil metros quadrados, fica no bairro Cidade Industrial e abriga um centro de tecnologia e desenvolvimento, com espaços para exposições, pesquisas, eventos e convivência. A ideia de uso do espaço

surgiu como parte da medida compensatória pela construção do Projeto Oásis, empreendimento erguido pela Direcional, empresa cuja expertise está nos empreendimentos residenciais. A construtora viu no local, um conjunto de ruínas da antiga fábrica de laminados de ferro Lafersa, desativada há mais de 15 anos, a oportunidade de reforçar sua atuação como agente transformadora da sociedade. "O projeto foi idealizado com a proposta de transformar uma região inóspita de um grande centro urbano em um local de promoção do desenvolvimento econômico, social e de preservação do patrimônio cultural", afirma o diretor Comercial e Marketing da Direcional Engenharia, Paulo Assis (PORTAL TERRA, 2018).

Figura 2: Centro de Memória dos Trabalhadores e da Indústria de Contagem



Fonte: Portal Terra, 23/04/2018.

Conforme Ramos (1998, p.), “a nosso ver, a diretriz de controlar a expansão ou mesmo estimular a saída de indústrias relaciona-se à ideia de "embelezar o espaço" e, assim, contribuir para a sua valorização, tanto para a atividade terciária quanto para a residencial destinada as camadas média e média-alta”.

O ato de refuncionalizar implica na alteração da função de uma determinada coisa/elemento, atribuindo-lhe um novo valor de uso (EVASO, 1999). É na categoria do

lugar que, segundo o autor, são confrontadas variáveis velhas e novas através de introduções e acomodações que produzem novos contextos.

O espaço é conformado assim na perspectiva processual contendo uma estrutura organizada por formas e funções podendo se alterar de acordo com a história de cada sociedade. Nas palavras de Santos (1978, p. 122),

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções.

Será necessário entender melhor os objetivos da refuncionalização do espaço industrial a fim de compreender o destino dessas antigas áreas industriais e a apropriação dos distintos segmentos econômicos no sentido de analisar a revelação da condição urbana na transformação espacial. Lage e Carvalho Neto (2008, p. 270) nos sugerem que

Com relação aos novos parâmetros de desenvolvimento local, percebe-se, por parte das indústrias de Contagem, importantes iniciativas de inserção no sistema econômico mundial de fluxos de bens e serviços. Nesse movimento, porém, tem predominado a visão globalista do “novo regionalismo”, já que grande óbice à ação mais proativa das empresas reside nos baixos níveis de integração com os outros atores sociais. Essa articulação fica dificultada, em primeiro lugar, pelo fato de que os principais stakeholders das grandes e médias empresas que operam em Contagem estão localizados fora do município; em segundo lugar, pelos frágeis vínculos dos dirigentes e de grande parte do pessoal administrativo com a comunidade, em função de que eles residem preferentemente em Belo Horizonte.

O uso produtivo de um fragmento de espaço em um momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento inicial. De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro (SANTOS, 2005, p.30-31).

No que se refere a refuncionalização do espaço industrial podemos determinar como um conjunto de transformações em formas e processos distintos, que devem ser

abordados na perspectiva das escalas espaciais de sua ocorrência, pois estão profundamente ligados a elas”. Para Ortigoza (2001):

Com o desenvolvimento do capitalismo, passa a ocorrer uma forte interdependência entre a indústria e o comércio. O comércio deixa de ser uma etapa meramente distributiva dos produtos, pois o processo de produção captura o consumo e passa a determiná-lo, e o comércio passa a atender a novas e consecutivas demandas. A satisfação das necessidades, que era a principal característica da produção, muda de sentido, ou seja, vai ocorrendo a expansão do valor de troca, que se sobressai ao valor de uso.

Na literatura sobre o processo de refuncionalização dos espaços industriais, várias são as formas de interpretação. Aqui serão apresentadas algumas contribuições para esta pesquisa. Tunes (2004, p.63) afirma que:

como geógrafos, nossas preocupações devem estar voltadas para o movimento espacial desses processos, sem deixar de lado outras esferas de análise, como as mudanças nas relações de trabalho, a periodização deste processo, e principalmente a questão produtiva que está por detrás de muitas dessas mudanças locacionais da indústria, exatamente pelas alterações nos sistemas produtivos fabris: da produção fordista iniciada no século XIX a acumulação flexível a partir da década de 70.

A realidade que se faz presente nesta investigação científica está amparada por dois fatores iniciais determinantes para a compreensão da desconcentração industrial: a redução do número de estabelecimentos industriais e a diminuição da força de trabalho no setor secundário. Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2005, p.112), refletindo sobre a questão das localizações industriais, afirmam:

[...] As mudanças de localização de atividades industriais são às vezes precedidas de uma acirrada competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já existentes[...]. No período da globalização, a velocidade com que os pedaços do território são valorizados e desvalorizados, determinando mudanças de usos é temerária[...] nada se fala sobre a robotização do setor, a drenagem dos cofres públicos para o subsídio das atividades, a monofuncionalidade dos portos e de outras infraestruturas, os royalties e o aumento da dívida externa]

De acordo com Conceição (2001), a compreensão do espaço segundo a perspectiva crítica

fundamenta-se na visão dialética da evolução histórica por meio das contradições e dos conflitos de classes. O enfoque passa para as estruturas de poder e dominação e se busca destacar o espraiamento do modo-de-produção capitalista para as regiões pré-capitalistas, ainda que este processo muitas vezes signifique a convivência e articulação do modo capitalista com formas mais atrasadas de determinadas regiões e sociedades (CONCEIÇÃO, 2001, p. 17).

Concordamos que as cidades, em razão das transformações do capitalismo (através de suas crises e superações), apresentam a tendência de desencadear processos de deseconomias de aglomeração quando os novos elementos dificultam ou tornam a produção industrial mais dispendiosa. Esses elementos podem ser: congestionamentos das redes viárias, falta de espaço para expansão da planta industrial, aumento dos preços dos terrenos nas áreas mais centrais, aumentos de impostos tornam-se problemas para a continuidade da produção industrial de determinada área.

Atrelado a tudo isso, existem as condições concretas da sociedade capitalista e suas contradições na defesa da propriedade e na organização das classes sociais, como o: aumento dos salários ligado com as políticas de enfrentamento da sindicalização dos trabalhadores em regiões tradicionalmente industriais, a regularização do uso do solo nestas regiões caracterizadas, e por suposto a restrição por meio de legislações da exploração dos recursos naturais por meio de políticas ambientais.

Entretanto, é necessário compreender o movimento dos capitais no sentido de dimensionar a produção do espaço urbano-industrial. Nesse sentido, Lencioni (1994, p.54) assegura que a tendência das indústrias de deixar algumas áreas da metrópole não significa que “se está diante de um quadro de descentralização industrial” A autora assevera que. A metrópole continua a concentrar a gestão e a coordenação das atividades produtivas e financeiras, além de ser uma área que recebe grande quantidade de investimentos (LENCIONI, 1994, p.54).

Diante dessas questões analisaremos as transformações do espaço e a refuncionalização da região limítrofe de Belo Horizonte e Contagem, na chamada “cidade industrial”, avaliando o processo de valorização fundiária, que se assemelha ao de outras

áreas industriais no Brasil, e o impacto das intervenções estatais. Sánchez (2003, p. 364), analisa a apropriação do espaço urbano da seguinte maneira:

O atual padrão de investimento, gestão e produção do espaço urbano encontra-se determinado pelo padrão contemporâneo de produção da riqueza, cuja lógica expansiva atinge seletivamente alguns fragmentos das cidades, onde são promovidos os projetos de renovação. Desse modo, a reestruturação econômica faz-se, necessariamente, por meio da reestruturação do espaço, assim como por meio de uma reestruturação da gestão da cidade.

A chamada reestruturação espacial de Contagem-MG, se apoia na questão inerente ao modo de produção capitalista e de suas regras, em suma, a facilidade de inserção dos empreendimentos industriais ainda que substanciada devido as transformações tecnológicas, ou seja, a produção não necessita estar espacialmente concentrada junto à área de controle. Sustentando esta perspectiva, Tunes (2004, p.17) assevera que

Reestruturação produtiva são as mudanças ocorridas no padrão produtivo da indústria, a partir da década de 60 nos países de industrialização originária e a partir da década de 90 nos países de industrialização tardia, resultantes das transformações da economia mundial, sobretudo a partir da internacionalização do capital financeiro e a intensificação do papel das empresas transnacionais. O cerne dessa reestruturação é o limite histórico da reprodução do capital através dos padrões fordistas de produção e o aparecimento de novos padrões em substituição a este, com destaque para o que vem sendo chamado de acumulação flexível ou também de pós-fordismo.

Sendo assim, a produção usufrui de uma maior flexibilidade espacial, podendo localizar-se fora da área urbana inicialmente idealizada, ao passo que a gerência permanece no núcleo urbano, estabelecendo assim a expressão da divisão territorial do trabalho.

Por meio da estratégia da multiplicidade adotada por algumas grandes empresas industriais, a parte da gestão empresarial, incluindo aí os departamentos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e propaganda, se separam da produção propriamente dita. Geralmente, a gerência permanece na metrópole beneficiando-se da inserção da Capital nos fluxos materiais e imateriais da mundialização, e a produção se desconcentra (TUNES, 2004, p.17).

Busca-se demonstrar nesta pesquisa como as antigas estruturas industriais acolhem novas funções relacionadas ao setor terciário, entendendo os impactos da globalização na transformação espacial para poder diagnosticar o acirramento competitivo entre as diversas frações do capital.

É nesse contexto que surgem oportunidades para a realização produtiva das indústrias, ao passo que antigos espaços fabris passam a não ofertar vantagens competitivas. Com a globalização, o país busca tornar-se viável ao enraizamento dos grandes capitais. Adaptam-se as condições de regulação da economia e do território e, paralelamente, dá-se um esforço para equiparar algumas áreas. Assim *holdings* nacionais e globais irão desenhar suas topologias no território brasileiro, mantendo, porém, seus centros de comando (SANTOS; SILVEIRA, 2005).

A concentração e a centralização do capital por meio de suas formas de constituição do grande empreendimento industrial e sua relação com a produção do espaço urbano configura em si uma perspectiva dialética, no sentido de produzir e ao mesmo ser produto de relações de produção. Nesse sentido Lencioni (1994, p.57 *apud* TUNES, 2004, p.75) amplia a interpretação a partir das ideias de concentração e centralização da produção afirmando que é centralização “quando se trata de associação, absorção ou fusão de capitais individuais sob um mesmo controle, está diante de um processo de centralização do capital, sem qualquer modificação no número de equipamentos e máquinas” (LENCIONI, 1994, p.57 *apud* TUNES, 2004, p.75). E distingue a centralização do processo de concentração, argumentando que esse processo ocorre: “quando a empresa amplia sua base de acumulação – pelo aumento do número de equipamentos e máquinas, por exemplo, está-se diante de um processo de concentração” (LENCIONI, 1994, p.57 *apud* TUNES, 2004, p.75). Em outras palavras, podemos caracterizar que a centralização do capital e a centralização da produção é a rigor a existência da grande produção obtendo a possibilidade de recorrer aos melhoramentos técnicos a fim de diminuir os custos de produção, em paralelo o progresso da ciência e da técnica está no seu horizonte de investimento, o que futuramente irá lhe assegurar um superlucro diferencial, determinando assim a concentração do capital e a centralização da produção.

De acordo com Castells (1999), o novo espaço industrial não representa o fim das velhas áreas metropolitanas já estabelecidas e o novo início de novas regiões

caracterizadas por alta tecnologia. O novo espaço industrial é organizado em torno de fluxo de informações que, ao mesmo tempo, reúnem e separam. Nesse sentido, mostraremos os efeitos da desintegração da produção fabril na região industrial de Contagem-MG, revelando assim as condições geográficas para o novo regime de acumulação. Tunes (2004, p.75) afirma que

a concentração e a centralização do capital é uma das formas de constituição da grande empresa industrial, e esta adota, como uma das formas de valorização do capital, a estratégia da multilocalização. Nesta multilocalização, uma das alternativas possíveis, é o distanciamento da produção e da gerência empresarial, possibilitada por um lado pelo constante desenvolvimento tecnológico, e pelo avanço nas infraestruturas.

A análise da transformação do espaço capitalista da cidade industrial de Contagem-MG, leva em conta o papel da indústria como um fator inexorável para a compreensão da produção do espaço urbano e, assim, foi necessário levar em consideração a participação da indústria na formação do PIB nacional e, ao mesmo tempo, compreender o objeto de estudo frente a dinâmica nacional.

1.2. Aspectos fundamentais da transição Fordista para a Acumulação Flexível no Brasil

A crise estrutural do modo de produção capitalista que se desenvolveu nas últimas décadas do século XX é caracterizada pela transição de uma fase áurea do regime fordista de acumulação marcado pela estabilidade no interior de um modelo de Estado de bem estar social nos países centrais para o período de crise que se iniciou nos anos 1970, o padrão de industrialização norte americano conhecido como Fordismo foi difundido em vários países, como a reconstrução da Europa e do Japão com o término da Segunda Grande Mundial e, posteriormente, nos países periféricos, caracterizados assim de industrialização tardia, como é o caso brasileiro. Duarte (2000, p.50) analisa que:

O fordismo trouxe a mecanização do processo de circulação dos objetos de trabalho no sistema produtivo com a instituição do uso da esteira na cadeia de montagem. Essa inovação veio

aumentar o poder do sistema objetivo de ditar o ritmo do trabalho e representou um maior aprofundamento da simplificação e do parcelamento das tarefas, organizadas de forma repetitiva e monótona. Esse modelo de acumulação baseou-se numa maior divisão do trabalho, na produção em massa e em rápidos incrementos de produtividade. A produtividade do trabalho pôde ser transferida, em parte, aos trabalhadores através de um pacto estabelecido entre o Estado e as representações dos empresários e dos trabalhadores, estabelecendo a chamada norma salarial fordista e relação salarial fordista. Este pacto, que tinha o aumento da produtividade como elemento de coesão, garantiu o aumento dos salários reais dos trabalhadores, possibilitando o consumo de massa. Assegurou, também, a implementação dos Estados de Bem-estar Social, propiciando a redistribuição dos rendimentos através de políticas públicas universais.

O fordismo, podendo ser concebido como um modo de vida global ou até mesmo um modelo de desenvolvimento, foi classificado como a forma de organização do trabalho e gestão empresarial, desenvolvido nos países periféricos sob a égide de incorporar em setores específicos das faixas produtivas convivendo com outros processos de trabalho na sua dinâmica econômica.

Não existe um consenso entre as ciências humanas sobre o termo fordismo periférico, isso devido ao fato de que existiram, e podemos dizer ainda nos dias de hoje, particularidades na formação sócio espacial brasileira que existe uma fragilidade na valorização salarial no setor secundário, pequeno acesso ao consumo da classe trabalhadora, divergências reais entre salário e produtividade, heterogeneidade das estruturas de produção e consumo, grandes problemas entre a articulação da agricultura e a indústria que endossam as contradições das afirmações de existirem o conteúdo fordista nos países periféricos, pensamos assim em um modelo de fordismo periférico, contraditório, precário e limitado por não ter construído um pacto entre capital e trabalho o assim chamado Estado de bem estar social. Nesse aspecto, Lipietz (1988, p.87) reflete sobre fordismo periférico:

De um fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis. Ele, porém, permanece periférico no sentido de que, primeiramente, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis da fabricação qualificada e, principalmente, da engenharia,

permanecem em ampla medida exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica entre o consumo das classes médias modernas locais, com o acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens de consumo popular duráveis, e as exportações para o centro destes mesmos produtos manufaturados a preço baixo. Assim, o crescimento da demanda social (que é uma demanda social mundial) por bens duráveis é por certo antecipada, porém ela não está institucionalmente regulada numa base nacional em função dos ganhos de produtividade dos ramos fordistas locais". (LIPIETZ, 1988, p.97).

O processo de industrialização no Brasil é caracterizado por intensa concentração espacial tendo início na década de 1930, a cidade de São Paulo tornou-se, gradativamente, uma grande metrópole industrial, onde estavam presentes todos os tipos de fabricação. Chamado a acompanhar esse despertar industrial, o país inteiro conheceu uma quantidade de solicitações e sobretudo foi impregnado pela necessidade de concretizar a integração nacional (SANTOS e SILVEIRA, 2005, p.42).

Nos anos 1940 e 1950, a indústria brasileira ganha uma nova projeção e São Paulo se firma como a grande metrópole industrial do país através de um conceito determinado como, crescimento industrial intencional, se conformando assim um momento de hegemonia paulista. Em 1950, 71.027 estabelecimentos industriais e 1.295.286 pessoas ocupadas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial ficou evidenciada a incapacidade que existiria no Brasil de se realizar a integração nacional com a ausência de uma rede de transportes e comunicações. O fim da guerra marca também o início de uma nova era dentro do percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, na escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois (SANTOS e SILVEIRA, 2005, p.47).

Esse grau de industrialização concentrada, sobretudo no estado de São Paulo, teve seu ápice na década de 1970. A partir de então, a concentração industrial passou a sofrer um lento declínio em favor de alguns pontos selecionados no âmbito do território nacional. Ampliam-se as redes de transporte, que se tornam mais densas e mais modernas; e, graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do

território, uma fluidez potencial, representada pela presença das infraestruturas, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 49).

Nos anos de 1990, as redefinições no conjunto da política econômica de administração do Estado, promoveram choques sobre a economia brasileira que, com maior abertura ao mercado externo, passou a ser afetada. Uma nova lógica voltada para políticas industriais e de comércio exterior foi orquestrada nesse período. Fundamentado em uma concepção neoliberal, esse novo cenário teve como desdobramentos, a desregulamentação do mercado interno (inclusive o mercado financeiro) e do estabelecimento de novas diretrizes para a economia, além do esforço de estabilização econômica empreendido após o chamado Plano Real, realizado pelo governo federal em 1994.

Paralelamente a esse novo *modus operandi* da política estatal, o fim do século XX foi marcado por uma prolongada estagnação do crescimento econômico – dando continuidade ao quadro recessivo da década de 1980 –, pela pouca inserção no sistema capitalista mundial. O que de fato expressou os anos de 1990 no Brasil foi a lógica de desestruturação do Estado através de uma coesão burguesa identificada pela vinculação do sistema financeiro realizada através do pagamento da dívida externa e ampla adesão ao capital internacional. Botelho (2002, p.56) adverte sobre essa conjuntura da seguinte forma

A modernização de importante parcela da indústria brasileira, observada ao longo dos anos 1990, foi defensiva e conservadora, num contexto em que as empresas buscavam (e buscam) salvar sua participação no mercado nacional em face de um ambiente cada vez mais competitivo. Essa modernização fez-se sacrificando parcelas consideráveis de empresários-fornecedores, em geral de pequeno e médio porte (que vão à falência ou vendem suas empresas para companhias estrangeiras), e principalmente da classe trabalhadora, pela redução sistemática dos postos de trabalho e a deterioração das relações trabalhistas. Observa-se também a desarticulação de áreas de industrialização tradicional causada por um processo de deslocamento espacial dos investimentos financiados pelo Estado por meio de incentivos fiscais.

Nesse contexto se insere as inovações tecnológicas que autorizaram desmembrar a unidade produtiva dos escritórios de gestão. Benko (*apud* OLIVEIRA, 2003, p.17) esclarece que

O novo modelo, que começava então a se consolidar, caracteriza-se não apenas pela incorporação da microeletrônica e de recursos tecnológicos informacionais nas estruturas produtivas, mas pela potencialização dessa incorporação através do uso estratégico que passa a fazer dos novos sistemas de comunicação e informação na reestruturação das relações de produção, promovendo uma alteração profunda no paradigma tecnológico de produção industrial. São mudanças, portanto, que se realizam numa complexa cadeia, ocorrendo não apenas nos sistemas técnicos, mas também nas estruturas industriais, agora mais descentralizadas e flexíveis; na estrutura do capital, agora sob a égide do sistema financeiro em escala internacional; e na forma e conteúdo tanto na organização do trabalho quanto das formas de contratação (BENKO *apud* OLIVEIRA, 2003, p.17).

O diagnóstico realizado por diferentes áreas do conhecimento era de que seria o início de uma nova era, uma “sociedade pós-industrial”, e as novas relações entre capital e trabalho seriam dimensionadas por uma nova centralidade do trabalho a partir do conjunto das novas tecnologias. Em um sentido amplo, essa reestruturação influía na distribuição de renda, acentuando desigualdades e, conseqüentemente, alterando padrões e formas de consumo, bem como modos de vida (BENKO, 1996, p. 122 *apud* OLIVEIRA, 2003). Atrelado a isso, a organização do Estado também desenvolveria assim um novo sentido em seu *modus operandi* no sentido de orientar as condições de reprodução do capital. Oliveira (2003, p. 21) afirma que

Dentre os fenômenos relacionados à produção social do espaço que emergem nesse contexto, há dois que nos interessa particularmente considerar: Novas formas de relação entre os setores econômico (industrial e financeiro) hegemônicos e os Estados, na sedimentação de novos espaços; e uma nova espacialidade industrial, caracterizada por maior desconcentração espacial, ligada a uma nova forma de organização geral das atividades econômicas.

O Estado possui importante contribuição nesse metabolismo econômico, que dimensionamos por meio do histórico de transição do regime fordista para a acumulação flexível. Oliveira (2003, p.21) assevera que

Os mecanismos indiretos se mostravam através de sua capacidade de legislar e impor uma política tributária, cambial e fiscal, bem como influir, na distribuição espacial das atividades econômicas, mediante subsídios e fomentos dirigidos a setores e regiões determinadas. Os mecanismos diretos se mostravam na sua atuação como empreendedor em setores importantes, como o de indústrias de base e de energia, e, por outro lado, como responsável direto pela infraestrutura econômica e social, importante tanto para reprodução das condições gerais de produção, quanto para reprodução da força de trabalho.

Nos anos 1990, a política de privatizações no Brasil é um dado concreto e significa que para o grande capital era necessário então um maior vínculo com as forças produtivas locais sem o intermédio do Estado, ao mesmo tempo em que o Estado diante de suas autonomias relativas, garantiria aos investimentos capitalistas suas oportunidades de reprodução, podemos definir dessa maneira, como a redefinição de papel do Estado no modo de produção capitalista.

O sistema produtivo passa a considerar a forma como as forças produtivas se organizam nos locais e a densidade industrial e complexidade da divisão do trabalho já existentes SANTOS (1996). Podemos considerar que a transformação do setor secundário brasileiro tem bases fundadas no modelo desenvolvimentista, Alves (2000), analisando a reestruturação produtiva no setor industrial brasileiro, divide-a em três fases:

A primeira ocorre após 1945, quando surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista. Ele se desenvolve a partir de meados dos anos 50, no governo Kubitschek, representando a época do desenvolvimentismo. Depois, o segundo surto de reestruturação produtiva ocorre na época do 'milagre brasileiro', na ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, ele é decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o terceiro – e atual – surto de reestruturação produtiva vinculasse à época da crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível – cujo 'momento predominante' é o toyotismo. Ele ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte – os anos 90, sob a era neoliberal. É o que Alves denomina complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000, p.103).

A busca pela densidade técnica dos lugares por meio de um complexo sistema de comunicação e transportes necessita de um aparato estatal de caráter para se realizar,

como é o caso da cidade industrial de Contagem-MG. Muniz (2020), esclarece quanto ao processo de transição que:

A reestruturação, calcada na produção flexível, propiciou uma reorganização do processo da gestão da produção e da força de trabalho, com outras práticas gerenciais, uma nova lógica de produção de mercadorias, o desenvolvimento de novas tecnologias e a descentralização produtiva, com a terceirização ou as realocações industriais. Isto ocasionou o fechamento de indústrias e abertura de outras; a modificação das regras institucionais de relacionamento entre capital e trabalho; as mudanças de hábito no consumo; as alterações nos padrões de concorrência intercapitalista etc. (MUNIZ,2020, p.4).

É preciso salientar que a novidade dos processos produtivos caracterizados pelos fluxos de informações, que promovem a aproximação e separação da sua forma de uso do território, cria-se assim uma multiplicidade de redes industriais globais, o que se desenvolve pelo fim da desintegração de hierarquização vertical das empresas e anúncio do processo de integração de uma gestão horizontal. De acordo com Mendes (2013, p.121):

verifica se que as mudanças geográficas dos espaços de produção coincidem com as mutações maiores da organização da produção, que por sua vez são provocadas pelas exigências do novo regime de acumulação. faz se mister salientar que o processo de reprodução do capital dessa “nova ordem capitalista” é caracterizado por uma série de imbricações de comando, de fazer, de obedecer, de depender, entre outras, que acabam intensificando as relações entre o todo e as partes, entre o lugar e o global. Trata-se portanto, do poder das grandes empresas (“verticalidades”) no desenvolvimento territorial (MENDES, 2013, p.121).

Sustentando essa perspectiva, Lage (2013, p.21) nos aponta que as principais técnicas utilizadas pelo modelo de acumulação flexível se caracterizam por:

Controle da qualidade total: Sistema administrativo aperfeiçoado no Japão a partir de ideias americanas. Consiste na participação de todos os empregados no estudo e na condução do controle de qualidade com vistas à satisfação do cliente algumas das principais ferramentas desse controle são: *Just in Time* consiste na organização das atividades operacionais de modo a minimizar as operações inúteis, que não adicionam valor, montar um fluxo em linha para as operações e balancear a produção com a demanda. O foco é na redução do tempo de espera das etapas de produção; *Kanban* sistemas de placas utilizadas para a reposição de peças

utilizadas na indústria, com o intuito de garantir o estoque mínimo; Kaizen melhoria contínua.

Reengenharia: Esforço organizado, conduzido do alto para baixo em uma companhia, com o objetivo de reformular os principais processos de trabalho, de forma a conseguir melhorias expressivas quanto ao aumento da produtividade, à qualidade dos serviços ou produtos e à eficácia do atendimento ao cliente.

Subcontratação ou terceirização da produção: Situação em que uma empresa demanda outra empresa independente a assumir a produção de uma matéria-prima (ou componente), parte ou sub-linha de montagem de acordo com as especificações ou planos fornecidos pela empresa contratante.

Terceirização de serviços: Processo de contratação de serviços de terceiros, que anteriormente eram executados pela empresa. Pode ter vários objetivos, como redução de custos, melhoria da qualidade, aumento da flexibilidade da produção e concentração na atividade fim.

Downsing ou *lean production*: Enxugamento das unidades produtivas, visando a eliminação do trabalho improdutivo através da redução de postos de trabalho.

O que está no nosso horizonte de interpretação do capitalismo brasileiro é o de que a superação da crise do modelo fordista, através dos pilares do Neoliberalismo, está atrelado ao papel da desregulamentação da força de trabalho e no desemprego estrutural, típico de uma lógica capitalista subdesenvolvida e dependente dos países centrais, marcado assim por um rebaixamento concreto na divisão internacional do trabalho, uma baixa capacidade de consumo e uma raquítica densidade científica e tecnológica em seu campo de pesquisa.

CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA ECONÔMICA INDUSTRIAL EM MINAS GERAIS VINCULADA AO BRASIL

O estado de Minas Gerais, em razão de sua história, desenvolveu um padrão disperso de localização de atividades produtivas. A dinâmica industrial se faz presente no estado desde a primeira metade do século XIX com os ensaios pioneiros - de Intendente Câmara em Morro do Pilar (1809), de Eschwege em Congonhas do Campo (1812) e de Monlevade em Rio Piracicaba (1845) - e, na segunda metade do século, com a fundação das indústrias têxteis, alimentares e da siderurgia de alto-forno. No início do século XX, o anacronismo respectivo de Minas Gerais na produção industrial e a sua orientação para os principais mercados nacionais já estava bem caracterizado. A atividade econômica conservar-se desarticulada e dispersa, e várias regiões do estado iniciam as relações mais abertamente com os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde estavam instaladas as principais estruturas de exportação. Pensando o meio técnico da circulação mecanizada e dos inícios da industrialização nos espaços urbanos brasileiros, Santos e Silveira (2005, p.36-37) afirmam:

Uma transição pode ser observada entre o período anterior, herança da época colonial pré-mecânica, e a verdadeira integração nacional. Esse período de transição teve, regionalmente, expressão e duração diferentes. Mas, para o conjunto do país, pode-se situá-lo entre o começo do século XX e a década de 1940. É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada. É, simultaneamente, um começo de integração nacional e um início de hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no centro-sul. Paralelamente, aumenta de forma acelerada a população global do país, mas de um modo geral permanecem as velhas estruturas sociais.

Sobre esse processo transitório que se mostrou vigente no início do século XX no espectro da República Velha, Fernandes (2005, p.247) apresenta sobre a revolução burguesa no Brasil a seguinte ideia:

Aí se fundiram, como vimos anteriormente, o “velho” e o “novo”, a antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no “mundo dos

negócios” e as elites dos imigrantes com seus descendentes, prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes. Essa lógica se voltava para o presente e para o futuro, tanto na economia quanto na política. À oligarquia a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso, ela se converteu no pião da transição para “o Brasil moderno”. Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização. Além disso, só ela podia oferecer aos novos comensais, vindos dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas, a maior segurança possível na passagem do mundo pré-capitalista para o mundo capitalista, “prevenindo a desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade”

A conjuntura da economia mineira no final de 1930 era de crise generalizada: queda nas exportações de café - não compensada por outros produtos aumento da dívida pública e crescimento da emigração. As condições da infraestrutura econômica também eram precárias: a pequena extensão e má qualidade do sistema viário e a pulverização e baixa potência do sistema de energia elétrica (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002).

O processo de desenvolvimento econômico mineiro foi marcado pela sua forte sustentação sobre a rica base de recursos naturais e sua integração à divisão inter-regional do trabalho. Não só a história econômica de Minas se desenvolveu a partir da exploração dos recursos naturais, mas também, em função da sua proximidade com São Paulo e Rio de Janeiro, evoluiu de maneira complementar e conexas ao centro industrializado. Essa condição foi dimensionada como reproduzindo em nível nacional, as relações centro-periferia na dinâmica do sistema capitalista mundial. De acordo com o documento do BDMG, Minas Gerais no século XXI (2002, p.16)

A desvantajosa posição de Minas em relação ao centro industrializado do país foi enfatizada, em 1947, pelo primeiro Plano de recuperação econômica e Fomento da produção. Este plano ressaltou a excessiva dependência da economia mineira sobre sua base mineradora e o limitado avanço da industrialização, destacando a sua especialização na produção de matérias primas e produtos industrialmente pouco elaborados. Mais importante, o plano identificava a relação de dependência da indústria de base mineira com a indústria dinâmica do Rio de Janeiro e São Paulo e a sua pequena interligação com os demais

ramos industriais do Estado. Essa percepção era, em parte, resultante do verdadeiro isolamento inter-regional [...] as exportações de Minas Gerais para os demais estados da região sudeste representaram, em 1947, 95% das exportações totais do Estado, enquanto para as demais regiões do país apenas 5%. A participação de Minas nas exportações interestaduais totais naquele ano representou 21,6%.

Na região central do estado, sem uma atividade econômica dominante, a disponibilidade de recursos naturais indicava uma direção para a mineração e a metalurgia, atividades que exigiam amplos volumes de capital e eram tecnologicamente mais complexas. A frustração pela perda da Companhia Siderúrgica Nacional transformou as condições objetivas no terreno da vida social mineira a uma reflexão mais densa sobre o processo de industrialização de Minas, das precondições para a sua realização e, principalmente, da necessidade de participação do poder público neste processo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002). As variantes para a origem da cidade de Contagem-MG são conflitantes e estão baseadas em registros escritos, iconográficos, orais e cartográficos. A pesquisa de Adalgisa Arantes Campos e Carla Junho Anastasia, em 1991 sugere a existência de três “Contagens”.

“A primeira foi decorrente de uma imposição metropolitana e se limitou a ser Registro Fiscal, contando com casas e currais, suficientes apenas para a contagem do gado. Simultaneamente ao Registro Fiscal e nas proximidades dele, surgiu a povoação de São Gonçallo (da Contagem), resultado da livre determinação dos povos que escolheram um lugar mais adequado à vida urbana e, portanto, um pouco distante do Registro. Dessa São Gonçallo, permaneceram parte da primitiva arborização, algumas edificações e objetos de arte sacra- é a Contagem Sede. Por último, temos a Contagem Industrial – ou Parque Industrial – projeto do governo Bendito Valadares (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p.67).

O Estado varguista impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas e a implantação definitiva do capitalismo no Brasil, fortalecendo todos os elementos embrionários que se desenvolviam desde o século XIX no país e que pressionavam pela ruptura com o Estado oligárquico. Entretanto, esse processo traria marcas profundamente diferentes do que ocorreu nos países centrais desenvolvidos, o que faria o Brasil abandonar o padrão de acumulação colonial e não iniciar um padrão de desenvolvimento capitalista autônomo e imperialista. A industrialização no Brasil é territorialmente muito

concentrada. Nesse sentido, ela é semelhante à distribuição territorial do parque industrial de outros países da América Latina e acompanha a tendência geral dos países de industrialização tardia (LENCIONI, 1998, p.30).

Diferentemente dos países centrais, os recursos utilizados na industrialização do país não foram fruto de um processo histórico de acumulação de capital interno anterior e no uso da transferência de valor das colônias, mas sim fruto da dependência dos preços dos produtos exportados pelo latifúndio (renda da terra) – setor que nunca foi alijado do bloco no poder, mesmo sob o governo de Vargas – e pelo recebimento de capitais imperialistas ingleses, franceses, holandeses e estadunidenses, seja na forma de empréstimos ou na forma de investimento estrangeiro direto. Nas palavras de Santos e Silveira (2005, p.51).

O Brasil viveu um período em que as indústrias podiam ser instaladas com uma tecnologia superada. Não raro, máquinas que haviam sido usadas antes em países industrializados mais avançados, buscando a substituição de importações. A produção satisfazia às necessidades domésticas de consumo. Mais tarde, a industrialização nacional foi determinada pelo nível de aglomeração polarizadora mais importante do país ou, em outras palavras, pelo complexo industrial de mais alto nível. Como esse complexo, de um lado, é capaz de suprir a mesma faixa de produtos industrializados que o mundo desenvolvido e, de outro, oferecer ao país bens de consumo ao mesmo tempo que bens de capital, pode-se dizer que o Brasil é um país subdesenvolvido industrializado.

Ou seja, um processo de industrialização já, desde a raiz, vinculado ao mercado mundial dominado pelas potências imperialistas – estas que já haviam feito revoluções burguesas no mínimo um século antes. Por isso mesmo, tal como caracterizou Ruy Mauro Marini (2000), tivemos no Brasil uma industrialização típica de um país dependente

O problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, com um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e, não, do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho [...] dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro

procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário, além do seu limite normal [...], implicando, assim, um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2000, p.123-124).

Resgatando os pressupostos da formação do capitalismo brasileiro, numa perspectiva de identificar a sua condição *sui generis*, que é a partir da super exploração da força de trabalho, caracterizada pelo baixo nível de valorização salarial, precarizadas condições de trabalho, e excessiva jornadas de trabalho quando comparado aos países centrais, se desenvolveu a constituição de um mercado interno enfraquecido e por suposto, um baixo grau de densidade tecnológica na faixa produtiva, o que evidencia por completo a noção de capitalismo periférico e dependente. Nessa perspectiva (MAMIGONIAN,1992,p.10) esclarece a capacidade industrial de um país subdesenvolvido como

A industrialização dependente havia criado mais problemas do que os existentes anteriormente, pois com um exército industrial de reserva numeroso e o uso de tecnologia sofisticada importada a criação de empregos tinha sido pequena, a produtividade havia aumentado e os salários haviam caído, ocorrendo uma superexploração do trabalho e lucros extraordinários, situação que exigia a presença de ditaduras militares colonial-fascistas. A dependência, que se tornou crescentemente interna à economia brasileira, se manifestava agora pelo crescimento das remessas de lucros e royalties, pagamento dos empréstimos externos etc., não dando margem à apropriação interna do excedente econômico.

Nessa trajetória da produção do espaço capitalista mundial, constituída dialeticamente entre centro e periferia, conformou-se a ideia de que a formação da burguesia brasileira e, por suposto, latino-americana, teria assim um processo idêntico ao que ocorre nos países centrais e, dessa forma, a condição dependente e o panorama de subdesenvolvimento seriam um processo transitório da realidade social, devido a autonomia e responsabilidade das classes dominantes locais, haveria então uma repetição das condições concretas de vida dos países centrais, nas palavras de Goldenstein (1994):

Com a produção restrita a produtos primários -- cuja demanda no mercado mundial tenderia a ser pouco dinâmica devido tanto à limitada

capacidade de absorção de produtos agrícolas e matérias-primas dos países centrais quanto ao progresso tecnológico, que permitiria a substituição destas por produtos sintéticos--, a periferia estaria submetida à deterioração dos termos de troca, portanto impossibilitada de alcançar uma maior acumulação capitalista e, conseqüentemente, fadada a permanecer nesta condição (GOLDESTEIN, 1994, p.10).

Concordamos que a esfera de circulação da mercadoria é, de fato, pautada na superexploração da força de trabalho, que está submetida ao baixo nível das forças produtivas, sendo a economia pautada na concentração de bens primários, o que diminui a composição orgânica de capital. Florestan Fernandes (1968) apresenta a seguinte ideia:

As sociedades capitalistas subdesenvolvidas absorvem a ordem social competitiva observada nos países desenvolvidos, mas sob o amparo e o condicionamento de arranjos sociais, econômicos e políticos que refletem a polarização econômica e a herança colonial dessas sociedades, donde a ruptura da condição de subdesenvolvimento apenas pode se desencadear a partir das forças sociais internas. Permitem concluir, finalmente, que o regime de classes, numa economia capitalista subdesenvolvida, possui como substrato material uma situação de mercado dependente e como suporte sociocultural os recursos de uma civilização nucleados no exterior (FERNANDES, 1968).

Com isso, mesmo o país se industrializando, o desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial não deixou de operar. Enquanto o Brasil absorvia os setores que deram início à revolução industrial inglesa (substituição de importações) e, a duras penas, avançava na industrialização pesada (siderurgia e energia), a Europa e, principalmente, os EUA revolucionavam permanentemente as formas de produzir riqueza, avançando para etapas mais desenvolvidas da produção industrial (indústria, química, elétrica, de petróleo e de aço etc.). Ou seja, uma nova característica marcante da economia periférica estava dada: a eterna dependência tecnológica da nossa economia, que não conseguiu e está bloqueada estruturalmente de conseguir internalizar os setores produtores do que há de mais avançado em termos de ciência e tecnologia. De acordo com (SANTOS e SILVEIRA, 2005, p.47),

Entre os países subdesenvolvidos, as defesas próprias eram frágeis: o peso da ideologia do crescimento, a correspondente atração pelo desenvolvimento industrial, apontada como panaceia, as necessidades do consumo interno, o imperativo de afirmar o Estado sobre a nação (ou as nações, ou as tribos) e a indispensabilidade de um comando eficaz sobre o território eram argumentos de peso, embora muito deles fossem exclusivamente ideológicos. Sobre esse pano de fundo, a adaptação ao modelo capitalista internacional torna-se mais requintada, e a respectiva ideologia de racionalidade e modernização a qualquer preço ultrapassa o domínio industrial, impõe-se ao setor público e invade áreas até então não tocadas ou alcançadas só indiretamente, como por exemplo a manipulação da mídia, a organização e o conteúdo do ensino em todos os seus graus, a vida religiosa, a profissionalização, as relações de trabalho etc.

Analisando a acumulação histórica da estrutura industrial de Minas Gerais, é correto afirmar que no período entre (1960-2010) foram marcados por mudanças significativas na composição percentual do VTI (valor de transformação industrial) de Minas Gerais sustentada pela diversificação da estrutura produtiva. O que podemos concluir é que, nos anos de 1960 a indústria mineira era concentrada em quatro segmentos principais: o de fabricação de produtos alimentares, a metalurgia, a indústria têxtil e o setor de fabricação de minerais não-metálicos. Em 2010, porém, seis segmentos industriais passam a possuir peso relevante na estrutura produtiva do estado: a extração de minerais, a metalurgia, a fabricação de produtos alimentares, o segmento de material de transporte, a indústria química e a mecânica. Neher (2013 *apud* SOUZA e ALMEIDA, p.9) descreve a dinâmica da indústria mineira da seguinte forma

Alguns movimentos interessantes podem ser percebidos na participação dos setores no VTI de Minas Gerais. O segmento alimentício perdeu participação na indústria mineira, não pelo encolhimento do setor, mas pela expansão e desenvolvimento dos demais segmentos da indústria estadual (efeito de composição). O mesmo pode-se afirmar em relação à indústria metalúrgica que diminuiu a sua participação na estrutura do estado a partir da década de 90. Porém, no caso da siderurgia percebe-se, indubitavelmente, um enfraquecimento do setor na última década em análise (2000-2010) De forma diferente, o comportamento da indústria têxtil denota uma clara desarticulação do setor, tanto em âmbito estadual quanto na economia brasileira como um todo. Além da “migração” do setor para outras regiões do país, no período mais recente o segmento vem sofrendo com a forte concorrência asiática em virtude da penetração do produto importado na economia nacional (NEHER, 2013 *apud* SOUZA e ALMEIDA, 2019, p.8-9).

Tanto em termos de dimensionamento dos segmentos econômicos quanto em relação ao incremento em volume da produção física, o comportamento desse setor é devido ao impacto negativo de sua desestruturação no mercado de trabalho, nesse sentido o segmento apresenta efeito multiplicador na geração de emprego superior aos observados nos segmentos mais dinâmicos e intensivos em capital da economia mineira. Por outro lado, o que minimiza o efeito desse argumento é o baixo poder de encadeamento que a indústria têxtil tem junto aos demais setores da economia estadual e o tipo de emprego gerado (LEMOS, 2002).

2.1. O Desenvolvimento da Cidade Industrial e seus reflexos estruturais

É neste contexto que se inicia a concepção de uma cidade industrial no município de Contagem-MG como a primeira intervenção sistemática do poder público no processo de desenvolvimento industrial em Minas Gerais, buscando reunir espacialmente diferentes iniciativas capitalistas, próximos ao mercado regional e às vias de escoamento da produção.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2002),

Cidade Industrial de Contagem (a primeira do gênero do país), projetada em 1940 e localizada nos limites da Capital, na região do Ferrugem, área então pertencente a Betim, resulta de uma série de vantagens locais. Por um lado, a proximidade da capital facilitaria o acesso à mão-de-obra, aos ramais ferroviários da Rede Mineira de Viação e Estrada de Ferro Central do Brasil, à infraestrutura de prestação de serviços e aos recursos minerais abundantes e diversificados, localizados próximos. Por outro lado, localizar uma cidade industrial fora dos limites territoriais do município de Belo Horizonte permitiria a construção de uma hidrelétrica - a de Gafanhoto - fora da área de concessão da Companhia Força e Luz, subsidiária da Companhia *Bond and Share* (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002).

Nesse sentido os estudos sobre a industrialização de Contagem-MG (1941) é relacionado ao Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1946), o Plano de Eletrificação (1949), a criação da Cemig - Centrais Elétricas de Minas Gerais

(1952), o Binômio Energia e Transportes (1951-55), a criação do BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1962), o que possibilitou a expansão e diversificação produtiva de Minas Gerais em âmbito nacional. O documento do BDMG (2002, p.18) indica que

Na primeira metade dos anos 60, a performance da economia mineira continuou aquém da nacional. De um lado, tornou-se clara a defasagem temporal entre os ciclos da economia mineira e nacional, por aquela ter seu dinamismo atrelado à expansão da indústria de produtos intermediários, que acompanha, com um hiato temporal, o desempenho das demais categorias de uso industriais. De outro, a perda de participação relativa de Minas Gerais no PIB brasileiro se deveu à relativa estagnação do setor agropecuário no Estado, enquanto as regiões Sul e Centro-Oeste expandiam fortemente, levando Minas Gerais a contribuir com apenas 8,9% do valor bruto da produção agropecuária brasileira em 1970.

Com apenas 6,5% do produto interno bruto (PIB) manufatureiro do Brasil, em 1970, o estado de Minas Gerais participou com 25% do volume de investimentos, sendo que 57% correspondiam a empresas estatais federais e 20% ao capital estrangeiro. Dos restantes 23%, parte era de empresas brasileiras de outros estados, indicando a pequena participação do empresariado na industrialização mineira. O resultado foi o grande crescimento do PIB industrial do estado, superando em muito o nacional e maior que o de qualquer outro estado brasileiro, elevando a participação de Minas no PIB industrial do país de 6,5% para 8,5%, entre 1970 e 1980 (DINIZ, 1981).

A cidade de Contagem era, naquela época, distrito de Betim, e sua autonomia ocorreu em 27 de dezembro de 1948 (lei n.º. 336). A Cidade Industrial foi incorporada a Contagem em 12 de dezembro de 1953 (lei n.º. 1.039), quando o município passou a contar com dois distritos: a sede e a Cidade Industrial. As primeiras indústrias a se instalarem foram: Cimento Portland Itaú (1941), Magnesita (1942), Companhia Industrial de Estamparia (1943). A partir de 1946 instalam-se a Indústria Mineira de Moagem S/A, a Companhia Fiação e Tecelagem São Geraldo (1947) e o Cotonifício Minas Gerais (1948). A Cidade Industrial só seria inaugurada em 1946. Magalhães (2014, p. 247) esclarece que:

A partir de então, os fundamentos da industrialização foram incorporados ao ideário positivista-republicano, no qual as elites mineiras de primeira leva tanto se inspiraram. Tais fundamentos, no entanto, precisavam se concretizar em um projeto de desenvolvimento para o país. Em Minas Gerais a elite buscou efetivar de fato essa ideia, com a industrialização para a capital recém-instalada. E Contagem foi a cidade escolhida para receber um importante parque industrial inspirado nos princípios republicanos em voga. O primeiro impulso mais significativo da metropolização se apresenta pela via da industrialização (MAGALHÃES, 2014, p.247).

Os resultados iniciais foram modestos: em 1947 só dez empresas estavam instaladas. As dificuldades no processo de implantação, além da precariedade dos transportes para os grandes centros urbanos do país e a ausência de um mercado consumidor próximo foram os principais obstáculos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002 p. 22). No final da década de 1940, a Cidade Industrial ganhou impulso através do contexto em que estava inserida na organização da RMBH, no texto de Ferreira (2002, p. 26-27), é sedimentado a ideia de que:

Dentre as ações adotadas, nas décadas de 1930 e 1940, na capital e no entorno, destacam-se: (a) a implantação da Zona Industrial de Belo Horizonte, ao longo das linhas ferroviárias Oeste de Minas e Central do Brasil e do Ribeirão Arrudas; (b) a concepção e implantação da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, nos limites dos municípios de Belo Horizonte e Contagem; (c) a inauguração do Complexo de Lazer da Lagoa da Pampulha, empreendimento projetado por Oscar Niemeyer e que contém obras de vários artistas plásticos (Portinari, Ceschiatti, Paulo Werneck e Burle Marx), compreendendo um conjunto de edifícios dispersos ao redor do lago artificial – Casa do Baile, Iate Clube, Igreja de São Francisco de Assis e o Cassino (atual museu de Arte da Pampulha); (d) a ampliação do Aeroporto da Pampulha, que se tornou comercial; (e) a desapropriação para a implantação e início da construção da Cidade Universitária na região da Pampulha; (f) investimentos no sistema rodoviário e ferroviário, em especial o prolongamento da Avenida Amazonas e a abertura da Avenida Antônio Carlos, vias que interligam o Centro de Belo Horizonte ao Núcleo Industrial e à Região da Pampulha.

Já, na década seguinte, o município viveria o seu primeiro surto de crescimento. Em 1950, eram 18 indústrias e 1268 pessoas empregadas. Em 1952, 21 empresas e 2850 empregados. A especialização da indústria mineira no setor intermediário (basicamente aços, cimentos e refratários para abastecimento da indústria paulista) era, desta maneira,

reproduzida e aprofundada pela Cidade Industrial com uma estrutura marcadamente especializada nos ramos de metalurgia e de minerais não-metálicos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002).

A política voltada para pontos de germinação industrial ilustra bem a inflexão provocada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1951 a 1954) na perspectiva da recuperação do “atraso” por meio da industrialização através do binômio “Energia e Transportes”. Dulci (1999, p.97) afirma que

A política de transportes representou uma opção declarada pelo rodoviarismo. O governo estadual devolveu à união a rede mineira de viação, companhia ferroviária que vinha administrando por arrendamento desde o início dos anos 30 e que, sendo deficitária, impunha-lhe pesados encargos anuais. A devolução foi um dos compromissos obtidos por Kubitschek do presidente Vargas em seus primeiros contatos pós-eleitorais. Com isto, ele ficou livre para se concentrar na construção de estradas e, secundariamente, na construção de aeroportos no interior. O programa traçado consistiu na abertura ou na complementação de 16 rodovias em diversas partes do estado, convergindo para a capital. Reiterando a preocupação geopolítica com a articulação interna, Belo Horizonte seria o “centro das radiais do plano de recuperação econômica”.

Ainda que a escala do empreendimento fosse de caráter incipiente, é necessário destacar que os planos e os instrumentos para a realização do mesmo, haviam sido planejados nos anos anteriores, isso significa, em última instância, a existência de uma continuidade na administração do Estado que sustenta as bases do modelo desenvolvimentista iniciado em Minas a partir dos anos de 1950.

É nessa direção que se criava a expectativa de um desenvolvimento de uma região Metropolitana com relevância na produção industrial da coesão burguesa. Por setores econômicos, a indústria avançou em porcentagem do produto estadual, enquanto a agricultura declinou (embora continuasse importante no total). Contudo, a indústria mineira viu reduzir-se a sua participação no produto industrial brasileiro, uma vez que cresceu mais lentamente do que o conjunto: em 1949 detinha 7,1% do produto industrial nacional, decrescendo na década de 50 até 6,6% em 1960 (DULCI, 1999, p. 104).

Na década de 1960 iniciou-se um processo acelerado de desenvolvimento industrial em Minas Gerais, que beneficiou principalmente a Região Central e, em

especial, os municípios de Contagem, Betim e Vespasiano. Já no período, 1970-1977, 47% dos investimentos realizados em Minas Gerais, com participação do capital externo, foram para Betim e apenas 3,8% para Contagem. Magalhães (2014, p. 261) assinala que:

Durante décadas, a cidade seguia à dianteira dentro do cenário industrial mineiro. Esse caminho foi promissor até a década de 1970. No início deste período, em decorrência da Crise do Petróleo, o setor industrial sofre um dos primeiros impactos significativos. Outro impacto se deu com a chegada das novas áreas industriais de Belo Horizonte (como a área industrial da região do Barreiro) e, sobretudo, Betim que passaram a competir com o município. Quanto a Betim, verifica-se que o mesmo passou a polarizar diretamente com a cidade de Contagem. Assim, em 1968 esse acolhe a Refinaria Gabriel Passos e em 1973 é a vez da chegada da Fiat.

Ainda assim, esse período é considerado esplêndido na acumulação histórica da industrialização de Contagem-MG, tendo em vista que o município atraiu importantes empresas do setor de bens de capital, ampliando e diversificando sua base industrial. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2002),

A Cidade Industrial, além de possuir uma área industrial limitada, e que foi logo ocupada, apresentava enormes deficiências de caráter urbanístico, muitas apontadas desde 1957: precariedade do fornecimento de água às indústrias; sistema de esgotos restrito e lançamento direto no ribeirão Arrudas; não-definição de áreas para escritórios, comércio e habitação; o traçado da Av. Amazonas dificultando o acesso às indústrias; falta de planejamento na distribuição espacial das indústrias; falta de previsão de espaço para áreas verdes e de uso comum; traçado ferroviário em desacordo com a forma hexagonal e a disposição radioconcêntrica, convergente para uma praça central. A falta de moradia, deficiências do transporte coletivo e o meio ambiente altamente poluído eram outros problemas observados.

Entretanto, nos anos 1980, a crise econômica pela qual passou o Brasil, com estagnação do crescimento econômico e inflação acelerada, se refletiu na dinâmica industrial de Contagem-MG, caracterizada pelo decréscimo na participação da formação do (PIB) estadual e o rebaixamento da força de trabalho ocupada na indústria. De acordo com dados da Fundação João Pinheiro (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002), a participação do município no produto industrial de Minas Gerais cai de 7,21% para 5,86% no período 1985/1997 (o setor cresce, no Estado e em Contagem, respectivamente,

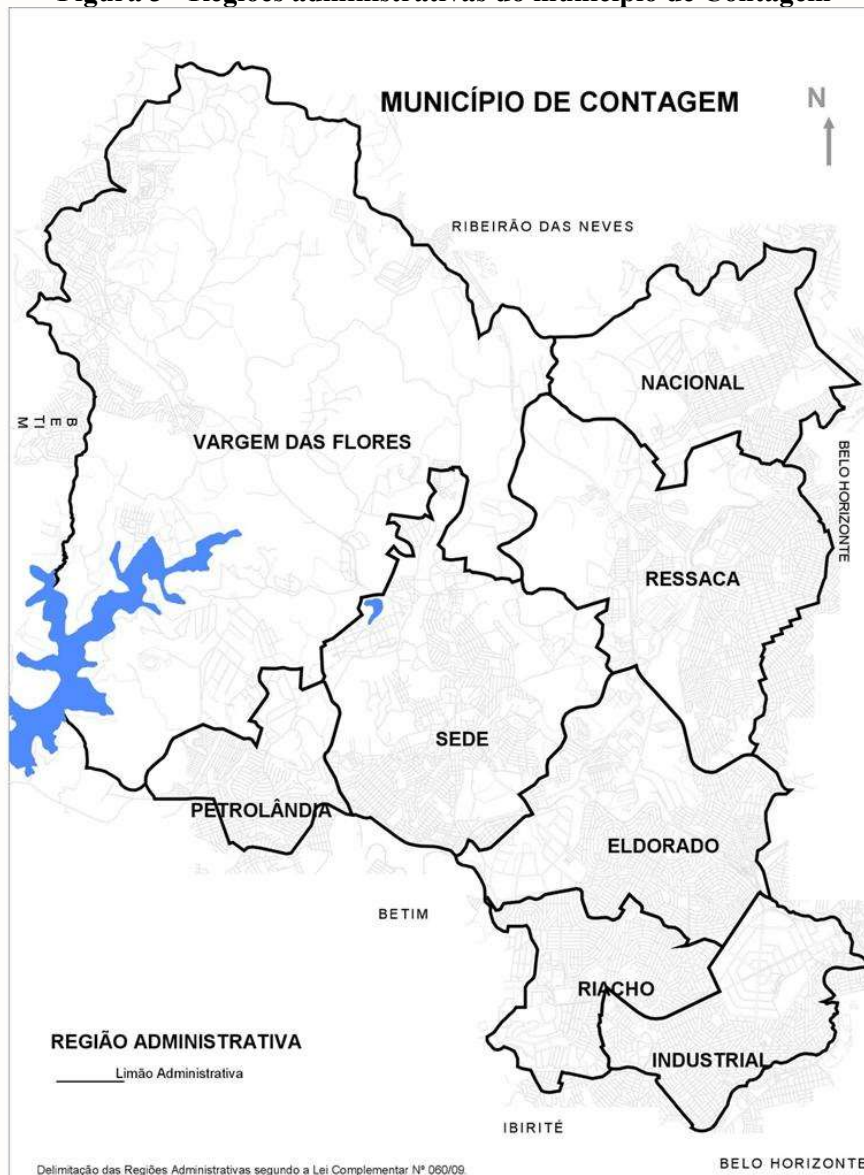
25,54% e 2,02%). Harvey (1990) afirma que o tempo é uma condição crucial e qualquer fracasso em manter a velocidade de circulação, através das fases de produção e realização, se converte em crise. Assim, uma crise não se dá somente porque não se vendeu uma mercadoria, mas também pode se dar porque uma mercadoria “caiu de podre”, ou melhor, não pode ser vendida no tempo adequado (MAGALHÃES, 2014).

Como assinala Costa (1994), Contagem-MG mantém uma relação histórica com a capital, consolidada a partir do momento em que o seu território foi selecionado para abrigar a área industrial de Belo Horizonte nos anos 1940. A inserção de distintas empresas na região ajudou a consolidar esse forte polo industrial no cenário nacional, Ferreira (2002, p.65-66) esclarece que:

Contagem, nos anos 1950 a 1980, desenvolveu-se como uma complexa manifestação urbano-industrial, localizada na periferia da também periférica Metrópole de Belo Horizonte. Seu desenvolvimento foi induzido pela extensão das relações capitalistas sobre o seu território e região, fortemente incentivada por uma associação entre o Estado e os interesses do capital. Tendo em vista sua localização estratégica com relação ao sistema viário, a presença da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias em seus limites e condicionantes naturais e históricos, evoluiu uma área destinada à produção industrial regional, cujo arranjo otimizou a acumulação de capital e contribuiu para a modernização de Minas Gerais.

A cidade de Contagem é fragmentada e desigual no que se refere a regiões industriais, comerciais e administrativas. Contribui dessa forma para a própria particularidade geográfica cercada por diversos municípios que exercem influência sobre seu aspecto regional. A industrialização contribuiu para agravar esse processo, de sorte que algumas de suas regiões foram assumindo características muito distintas, comparando-se com outros municípios de RMBH (MAGALHÃES, 2014, p. 260). A figura 3 mostra as regiões administrativas do município de Contagem (MG).

Figura 3 - Regiões administrativas do município de Contagem



Fonte: Silva, 2018.

A cidade de Contagem se notabilizou como o maior complexo industrial do estado de Minas Gerais chamada assim de “cidade industrial”. Materializando os incentivos fiscais do governo estadual, indústrias de peso se instalaram na região, como a Companhia Siderúrgica Mannesmann e a Companhia Cimento Portland Itaú. A vida concreta do operariado se sedimentaria em outro cenário. De acordo com Silva (2018, p.14),

Seduzidos pela oportunidade de trabalho nas indústrias, em pouco tempo cresceu o número de migrantes, gente chegando de toda parte do estado de Minas Gerais buscando melhores condições de vida em Contagem. O espaço urbano da cidade foi ocupado de forma desordenada pelos trabalhadores, que se acomodavam como podiam na região da Cidade Industrial, muitas vezes ao lado das fábricas e sem qualquer infraestrutura de serviços urbanos. Se havia um planejamento urbanístico para a instalação de indústrias, não podemos dizer o mesmo sobre qualquer organização para receber as mulheres e os homens que ali chegavam como força de trabalho.

O processo histórico em questão muito tem a ver com as origens da formação do Estado capitalista brasileiro e seu modelo de assentamento na condição urbano-industrial, de se realizar através de uma estruturação e concentração produtiva no sentido de haver uma organização territorial. De acordo com Carlos (1992, p.35),

O processo de industrialização, ao provocar uma profunda alteração na divisão social e espacial do trabalho, implica mudanças radicais na vida do homem. A aglomeração da população, dos meios de produção e de capitais num determinado ponto do espaço, multiplica os pontos de concentração e produz uma rede urbana articulada e hierarquizada.

Esta pesquisa busca compreender de que forma os espaços industriais são integrados na racionalidade contemporânea obedecendo assim uma relação que se estabelece em função da hierarquização e polarização, na qual a cidade sendo a concentradora dos poderes político-econômico-cultural em uma perspectiva de reprodução. Silva (2018, p.16) adverte:

Desde a sua fundação a indústria foi alvo de inúmeras reclamações da vizinhança local justamente por conta da grande dispersão de poluentes proveniente de suas chaminés. Em agosto de 1975, a prefeitura do município de Contagem decidiu cassar o alvará de localização e de funcionamento da Companhia Cimentos Portland Itaú, já que a empresa não cumpriu com os acordos para a instalação de filtros que pudessem conter a dispersão da alta carga de poluentes na atmosfera, tal como exigia a legislação municipal. Em 13 de agosto de 1975, a fábrica foi fechada com o apoio da força policial do estado de Minas Gerais.

A cidade industrial acabou sendo planejada como espaço da industrialização na região limítrofe entre Belo Horizonte e Contagem, potencialmente e dialeticamente sendo

inserida por meio de novas realizações sociais produzindo um novo espaço de produção marcada por novos conflitos e interesses de poder, nesse aspecto, Ferreira (2002) afirma que

Contagem desenvolveu-se, por um lado, como um espaço privilegiado para a produção e, por outro, como um espaço propício para expansão urbana, no qual a segregação socioespacial metropolitana e a inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo manifestaram-se com intensidade (FERREIRA, 2002, p. 43).

Figura 4: Localização da Cidade Industrial



Fonte: Google Earth, 2021, Ribeiro, R.T.

Lefebvre (1991) afirma que o espaço é uma instância produzida socialmente não sendo um mero receptáculo, mas um produto e, ao mesmo tempo, produtor das relações engendradas pelo modo de produção. Explicitando assim as forças produtivas, organização do trabalho, relações de propriedade, instituições e ideologia. Soares (2013, p. 25) assegura que

Parte-se do pressuposto que exista uma relação dialética entre o Estado capitalista, suas políticas e os processos de produção do espaço; sendo o espaço instrumentalizado, em certa medida, um resultado da interação do Estado com outros agentes sociais e uma pré-condição para manutenção e legitimação de seu poder político institucionalizado. Dessa forma, a política urbana é um dos meios pelo qual o Estado intervém na sociedade, reproduzindo o espaço e favorecendo a

realização da reprodução das relações de produção, fatores determinantes para manutenção do poder político deste agente social. Ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração que a política urbana é a materialização dos conflitos e contradições que se dão no âmbito da sociedade e do espaço social e se expressam nas estruturas e nos aparelhos de Estado.

A investigação das transformações do espaço é necessária para entender as condições históricas do processo de industrialização brasileira na perspectiva macroeconômica, entendendo assim a origem da cidade industrial na região metropolitana de Belo Horizonte amarrando as condições de introdução da indústria pesada no Brasil com o plano de metas dos anos 1950 e o milagre econômico do regime militar.

Gaspar e Carvalho (2017, p. 3) afirmam que

Em algumas regiões do país, o crescimento da migração foi estimulado pela industrialização acelerada e contribuiu para a rápida formação de um exército industrial de reserva, com forte influência sobre o achatamento do nível salarial dos trabalhadores e sobre as condições coletivas de vida nos bairros e vilas. O resultado foi o agravamento das condições de infraestrutura e “aumento vertiginoso do favelamento”. O estilo de industrialização observado no quadro da acumulação capitalista, nas décadas seguintes a 1950 e, principalmente, durante o período do “milagre econômico”, veio deteriorar as condições de vida dos trabalhadores, tanto no que diz respeito à produção quanto ao consumo.

Nesse sentido, no apogeu do chamado “neodesenvolvimentismo”, em meados do século XX, com o movimento de internacionalização do capital (chamado de substituição de importações) em conjunto com propagação massiva da revolução científico-tecnológica em curso, o espaço urbano como uma instância das relações sociais passa a ser a expressão de uma série de mutações no qual estimulou os processos de industrialização e urbanização; agenciou a redefinição dos espaços rurais com a implantação do capitalismo no campo (denominada revolução verde); modificou de maneira profunda os equipamentos e serviços urbanos e ampliou de forma intensiva o fluxo de comunicações e transporte, além de outras modificações. Essas alterações tornaram-se fatores condicionantes da transformação das cidades brasileiras provenientes

das obrigações de reprodução do capital que revogam conferindo uma nova dinâmica socioespacial aos lugares. O processo de refuncionalização se caracteriza pela atribuição de novos valores de uso às formas pretéritas, “portanto o espaço não é um vazio. Ele é forma e conteúdo que conserva os resíduos de formações sociais passadas e os novos elementos produzidos em um constante processo dialético de (re)significação dessas formas/conteúdo” (SANTOS, 2015).

Santos (2015) apresenta a possibilidade de interpretar a dimensão do espaço abstrato, compreendendo a análise da ligação estrutural e dialética, em Lefebvre, da seguinte maneira:

O espaço abstrato, que é um instrumento de dominação, sufoca tudo o que é concebido nele e busca sair dele. Embora isso não seja uma característica definitiva do espaço abstrato, não obstante, não há nada secundário ou casual sobre essa tendência. Esse espaço é letal e destrói as condições históricas que lhe deram origem, suas próprias diferenças (internas), e quaisquer diferenças que dão sinais de desenvolvimento, a fim de impor a sua racionalidade abstrata. A negatividade que o hegelianismo atribui à temporalidade histórica, sozinha, é fato característico do espaço abstrato, e isso em um duplo sentido, ou melhor, operando com força redobrada: isso se opõe a todas as diferenças atuais ou potenciais (LEFEBVRE, 1991 *apud* SANTOS, 2015, p. 07).

O espaço abstrato, um dos conceitos chave da obra Henri Lefebvre, tem relação à extensão das relações capitalistas pelo meio da produção do espaço. Processo que pretensamente procura uma homogeneização das relações sociais proporcionando mutações nas diversas instâncias da existência humana. Contudo, o próprio desenvolvimento do espaço abstrato implica contradições, conflitos e o desenvolvimento do espaço diferencial. De acordo com Soares (2013, p.18),

Tendo sua origem ligada à dinâmica do Brasil-Colônia, Contagem acabou sendo concebida como espaço da produção industrial metropolitana, sendo permeada por novas formas de produção do seu espaço, transformando as relações cotidianas da população local. Se, por um lado, existiu a concepção e a construção de um espaço abstrato/instrumental, funcionalizado para promoção da produção industrial, por outro, houve, paralelamente a esse processo, a absorção e recriação de novas manifestações relacionadas aos processos de reprodução social.

Contagem, cujo crescimento se deu fortemente a partir da capital, Belo Horizonte, abrigou o primeiro parque industrial do estado de Minas Gerais - a Cidade Industrial Coronel Juventino Dias. A industrialização e a migração fizeram com que o município tivesse na década de 1950 um crescimento populacional à taxa de 16,6% ao ano. De 6.022 habitantes em 1950, a população total do município passou para 28.065 em 1960, com 21.507 habitantes no entorno do Distrito Industrial. Na década de 1960, Contagem foi novamente o município que mais cresceu na RMBH, com uma taxa de 14,7% ao ano, sua população mais que quadruplicou em dez anos, atingindo 111.235 habitantes em 1970 (VIEIRA; ROCHA, 1993).

A “cidade industrial” de Contagem já na década de 1960 apresentava dificuldade para ampliar as suas instalações e capacidade produtiva, além da poluição causada na região, caracterizadas pela poluição sonora, do ar, mau cheiro, lixo, esgotos não tratados e tráfego intenso. Assim, foi criada, de acordo com a Lei 911, de 16 de abril de 1970, a Autarquia Centro Industrial de Contagem - CINCO, em moldes mais modernos, menos poluentes e com maior controle pelo município. Atualmente, o CINCO gerencia os Distritos Industriais: Cinco Distrito Industrial Coronel Juventino Dias - Cidade Industrial, Distrito Industrial Cinco - Perobas, Distrito Industrial Hélio Pentagna Guimarães, Distrito Industrial Cinquinho e Distrito Industrial Inconfidentes. O Parque Industrial de Contagem conta, em 2010, com 2.264 empresas; sendo que a maior parte está instalada nos Distritos Industriais.

Figura 5 - Vista aérea da Cidade Industrial (década de 1970)



Fonte: Santos, 2017.

De acordo com o Plano municipal de saneamento básico de Contagem (2013), a cidade está situada na porção central do Estado, integrando a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – desde 1974, possui extensão territorial de 194,3 km², o que corresponde a aproximadamente 2% do território da RMBH, tendo como municípios limítrofes: Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas, Ibirité e Ribeirão das Neves.

A área do município está situada na unidade de relevo denominada “Depressão Sanfranciscana” (IGA/1977). De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Contagem (2013),

Localmente, o relevo recebe o nome de “Depressão Periférica de Belo Horizonte”, sendo as formas depressões periféricas consideradas elementos fundamentais para a compartimentação do relevo, e, por isso, condicionadoras da ocupação territorial. As áreas rebaixadas funcionam como corredores por onde penetraram, em todo o Estado, desde os tempos coloniais, os desbravadores, os comerciantes e criadores de

gado. Mais recentemente, a compartimentação do relevo tornou-se um elemento facilitador para a construção de grandes eixos rodoviários e ferroviários. O território de Contagem é cortado pela Ferrovia Centro Atlântica, contribuindo para o transporte de cargas das regiões Nordeste, Centro Oeste e Sudeste do país para os principais terminais marítimos localizados nos portos de Sepetiba (RJ), Aracajú, Salvador e Vitória. Distante apenas 16 quilômetros da capital do Estado, Belo Horizonte, o sistema viário do município é cortado pelas rodovias BR-040 – Rio de Janeiro/ Brasília e BR-381 – Belo Horizonte/ São Paulo, que contribuem para interligar a capital Belo Horizonte ao espaço estadual e nacional e para o escoamento da produção industrial do município. Os Aeroportos da Pampulha e Internacional Tancredo Neves, em Confins, ficam a 10 e 35 quilômetros da sede municipal, respectivamente.

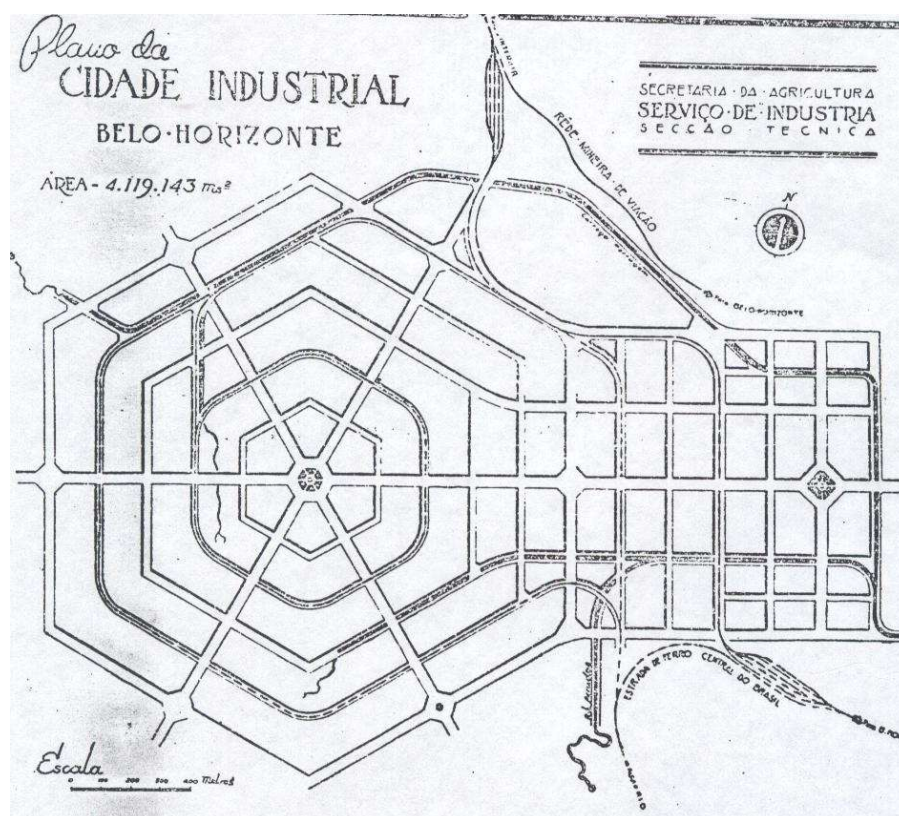
As estimativas do IBGE (2020) apontam que a população atual do município é de 668.949 habitantes terceira maior do Estado. Possui densidade demográfica de 3.105,7/km². A população urbana corresponde a 99,7%, estando distribuída em 75,2% do território municipal, que corresponde ao perímetro urbano, de acordo com o anexo 5 do Plano Diretor - Lei Complementar 33/2006. Desta forma, a zona rural, corresponde a 24,8% do território, tendo uma população que representa 0,3% do total do município.

A formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, processo dentro do qual se inseriu o desenvolvimento do vetor oeste na direção do município de Contagem, está ligada à ação do poder público no Brasil na tentativa de se criar condições para a industrialização (COSTA; MENDONÇA, 2010). Nesse sentido, em 1941, com o apoio do então prefeito Juscelino Kubitschek, foi inaugurado o Sistema de Distritos Industriais de Minas Gerais (CUNHA, 2010) e, como primeira e principal medida resultante dessa nova política, houve a criação da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, instituída pelos Decretos-Lei 770, de 20 de março de 1941 (MINAS GERAIS, 1941a), e 778, de 19 de junho de 1941 (MINAS GERAIS, 1941b). Com a inauguração da Cidade Industrial Coronel Juventino Dias, em Contagem, os trabalhadores recém-chegados foram aos poucos se instalando nas redondezas (principalmente nas atuais Regiões Administrativas Riacho e Eldorado que começaram a receber pequenos comerciantes e industriais). A expansão da atividade industrial associada à abertura da Avenida João César de Oliveira, importante eixo de ligação, gerou um caráter especulativo na região (CONTAGEM, 1993), dando origem à implantação de diversos loteamentos. “Neste período surgiu o

primeiro Código de Posturas do Município, bem como foi autorizada a elaboração do primeiro Plano Diretor da Cidade e da primeira planta cadastral” (CUNHA, 2010. p.20).

A expansão populacional como germe da reprodução do espaço urbano, a contemporânea organização administrativa da cidade superou a divisão em dois Distritos, Sede e Parque Industrial. As Regionais Administrativas foram adotadas como política de descentralização da gestão municipal totalizando oito regiões: Sede, Industrial, Ressaca, Nacional, Riacho, Eldorado, Vargem das Flores e Petrolândia. A concepção urbana, com traçados em forma hexagonal, foi inspirada na cidade de Camberra capital da Austrália. De acordo com Lucas Lopes, Secretário de Agricultura de Minas Gerais entre 1943 e 1945, a escolha da planta arquitetônica foi por obra do acaso (SANTOS, 2017).

Figura 6 - Planta original da Cidade Industrial



Fonte: SANTOS, 2017.

Em uma década as áreas destinadas às novas indústrias foram pouco ocupadas ganhando vigor somente a partir da década de 50. Neves (1994) explica que

no decorrer dos anos 50 que Contagem recebe o impulso que vai acelerar seu desenvolvimento. Começa a transformar-se no Parque Industrial diversificado e economicamente significativo – verdadeiro espaço da moderna produção industrial – sonhado por governos e empresários mineiros desde a década de 30[...] E uma nova experiência de vida começa nesse espaço urbano-industrial onde trabalhadores vão construir sua trajetória pessoal e social e também uma identidade individual e coletiva (NEVES, 1994, p. 75).

Nos anos 1960, a famosa “cidade industrial” tinha praticamente esgotado a área do hexágono, limitando a possibilidade de novas instalações. A concepção da burguesia se materializava nessa nova morfologia urbana vinculada ao processo industrial vigente, ao impulso do processo de modernização de uma cidade que Neves (1994) chama de “mito do progresso”

Um visitante que chegasse ao local, 15 anos depois do início das construções, ficaria espantado com as mudanças ocorridas. A paisagem que agora se descortinava era a de um novo espaço urbano-industrial, onde as fumaças das chaminés e o barulho das máquinas denunciavam a presença de inúmeras fábricas em funcionamento. Ali então se confundiam e se interpretavam a construção das indústrias e as pequenas casas dos trabalhadores, pois a delimitação das áreas separadas para as manufaturas e residências não fora mantida conforme se planejara. É nesse tempo que cresce o número de migrantes, de famílias inteiras chegando de toda parte nesse novo “Eldorado”, nesse espaço que simbolizava para eles a promessa de melhores dias e, mais ainda, a possibilidade de concretizar o desejo de reconhecimento (NEVES, 1994, p. 33-34).

Em relação à dinâmica populacional e aos padrões de ocupação do solo, todas as regiões do município, ocorrem mudanças no ritmo de aumento e distribuição espacial da população. A implementação de melhorias na infraestrutura urbana, o provimento de serviços de consumo coletivo e a pouca disponibilidade de espaços para novos loteamentos provocam a valorização imobiliária, o que, por consequência, altera os padrões de ocupação.

CAPÍTULO 3 - A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL PRODUTIVA DA CIDADE INDUSTRIAL

O que se observou até aqui foi a desaceleração do setor secundário e avanço do setor terciário, caracterizando assim o processo de reestruturação espacial produtiva, que a rigor sinaliza a superação do capital diante de suas cíclicas crises mundo afora. O município de Contagem-MG possibilita essa expressão numa situação de Região Metropolitana. Para Santos (2017, p.28).

Ainda na década de 80, a cidade diversifica substancialmente sua atividade econômica com a ampliação do setor de serviços. Ganha força o comércio atacadista e a indústria de alimentação. Algumas fábricas, por anos abandonadas na Cidade Industrial, são transformadas em novos empreendimentos a partir da década de 90. Um símbolo da reconfiguração territorial foi a instalação de um grande complexo comercial, Shopping e Hipermercado, onde antes funcionava a primeira indústria do Parque Industrial: a Cia de Cimento Portland Itaú. Outro exemplo mais recente é um arrojado projeto imobiliário no local que abrigava a antiga Lafersa-Fábrica de Laminados de Ferro. Um grande conjunto de prédios de alto padrão que altera profundamente a paisagem da região. Como contrapartida do investimento privado, o único galpão preservado e restaurado da antiga Lafersa será o Centro de Memória do Trabalhador da Indústria gerido pelo poder público municipal.

Uma reestruturação espacial produtiva em função da crise global do capital, e observada em escala mundial, pode indicar como ocorreu a reorganização das atividades fabris em combinação com um novo ciclo de reprodução do capital, com o desdobramento de novas relações de produção, seguindo a desintegração vertical e a intensificação do capital em unidades produtivas de setores terciários, convergindo assim para um novo regime de acumulação de capital denominado "flexível" e que vem substituindo o regime fordista de produção em massa. De acordo com Magalhães (2014, p. 263),

a segunda mudança que acomete as áreas industriais de Contagem precisa ser entendida como uma nova dinâmica urbano-industrial que se apresenta a partir da década de 1990. Trata-se da desmontagem desses parques, ou a desmontagem dos modelos da "indústria velha" ou "suja", marcada pelas imensas áreas reservadas para a produção, com os seus respectivos maquinários pesados, galpões, grandes áreas e também um grande contingente de trabalhadores. O capital flexível

requer mobilidade a qualquer momento, logo, aquele instrumental relacionado ao anterior modelo industrial já não serve ao novo modo de produzir (MAGALHÃES, 2014, p. 263).

Nesse cenário de transformações no modo de acumulação capitalista, o poder público, por sua vez, passa a administrar operações urbanas para realizar a eficácia do escoamento da produção. Dessa forma, associado a tais dinâmicas, o poder público inicia um processo de abertura de importantes vias de acesso, tais como a Via Expressa de Contagem e a dinamização de vias como a BR 040 e duplicação da Fernão Dias. Efetivamente, a implantação de alguns estabelecimentos do comércio e serviços no coração da Cidade Industrial significa mais do que a mobilização de estabelecimentos dentro do espaço urbano. Trata-se de uma mudança da ação e do discurso que tradicionalmente embalavam a elite mineira (DULCI, 1999).

E, por conseguinte, todo o avanço varejista propulsor de uma nova divisão do trabalho se organiza na cidade industrial e reinsere Contagem no contexto urbano da RMBH, promovendo um novo processo de ocupação do solo. Soares (2013, p. 18) afirma que

A implementação de melhorias na infraestrutura urbana, o provimento de serviços de consumo coletivo e a pouca disponibilidade de espaços para novos loteamentos provocam a valorização imobiliária, o que, por consequência, altera os padrões de ocupação. Nesse caso, observa-se a diminuição na intensidade de crescimento populacional em todas as regiões de Contagem. Por outro lado, mesmo com menor intensidade, algumas áreas com menor valorização ainda se constituem como regiões caracterizadas pela expansão metropolitana periférica, como Petrolândia, Nova Contagem e Vargem das Flores.

Desse modo, há um processo de reinserção deste município no contexto urbano da RMBH, no qual as transformações, ao invés de serem desencadeadas pela indução da industrialização metropolitana, estariam sendo induzidas por outros processos urbanos. De acordo com Lage e Carvalho Neto (2008, p.269),

O município de Contagem, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, RMBH, obteve intenso crescimento com base na atividade industrial desde a década de 1950, chegando a ocupar o primeiro lugar na produção industrial do Estado. Desde os anos de 1980, porém, a indústria vem perdendo participação no Produto Interno Bruto, PIB municipal e no emprego total, enquanto o setor terciário vem ampliando rapidamente sua contribuição, tanto em termos de valor agregado

quanto em número de pessoal ocupado (Prefeitura Municipal de Contagem/Secretaria de Cultura, 1999).

De acordo com a pesquisa Lage e Carvalho Neto (2008) foram adotadas diversas estratégias de reestruturação produtiva a partir dos anos 1990, como demonstra os dados o quadro 1.

Quadro 1: Estratégias de reestruturação produtiva adotadas nas indústrias de médio e grande porte

Estratégia	Nº de empresas	% de empresas
Técnicas de Qualidade total	20	100
Treinamento de pessoal	17	85
Ampliação da automação	16	80
Investimentos em P&D	13	65
Terceirização	13	65
Grupos de Melhoria	12	60
Técnicas de <i>Just in Time</i>	10	50

Fonte: Lage e Carvalho Neto, 2008.

A perspectiva neoliberal iniciada no Brasil a partir dos anos 1990 vem acirrando os governos que administram a ordem burguesa a flexibilizarem a relação capital trabalho dentro de uma esfera trabalhista, isso significa aprofundar o desmonte de direitos da classe trabalhadora, o que evidencia na acumulação histórica um processo de regressão de direitos, os dados do quadro 1 iluminam essa condição no nosso objeto de estudo.

Refletindo sobre as características de uma sociedade capitalista, Marx (1980, p.733) nos explica que:

Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.

O total do PIB das empresas analisadas por Lage e Carvalho Neto (2008) alcançou 38% do PIB industrial de Contagem; elas empregavam em torno de 10.000

funcionários na data da pesquisa, o que representava 30% do total de pessoal ocupado na indústria local, conforme os dados do quadro 2:

Quadro 2: perfil das empresas de Contagem (MG)

Setor	Porte da empresa		Condição		Controle do capital	
	Grande	Média	Matriz	Filial	Nacional	Estrangeira
Metalurgia	3	3	3	3	3	3
Material elétrico	0	3	2	1	2	1
Indústria Mecânica	2	1	2	1	1	2
Alimentos	2	1	1	2	2	1
Material de transporte	1	2	2	1	2	1
Minerais não metálicos	1	0	1	0	1	0
Química	1	0	1	0	0	1
Total	10	10	12	8	11	9

Fonte: Laje e Carvalho Neto, 2008.

Essas tendências para a aglomeração obviamente encontram limites tanto físicos quanto sociais. Como adverte Harvey (2013, p.529), os custos de congestionamento, a rigidez crescente no uso das infraestruturas físicas, o aumento dos aluguéis e a absoluta falta de espaço superam em muito as economias de aglomeração, nesse sentido a dispersão espacial começa a parecer cada vez mais atrativa.

A ideologia dominante que sustenta essas mudanças é o da reestruturação das forças produtivas sendo que a participação no comércio internacional de base limpa ou de agregado valor tecnológico se insere como a mola “propulsora”, e é nesse conjunto de mudanças globais apegadas aos termos de: controle da qualidade total, estoque zero, *Just in Time* etc., que o papel da indústria pesada passa a se tornar obsoleto na dinâmica do modo de produção capitalista. Alves (2000), compreendendo a dinâmica do processo de reestruturação espacial produtiva, sugere três fases no Brasil:

A primeira ocorre após 1945, quando surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista. Ele se desenvolve a partir de meados dos anos 50, no governo Kubitschek, representando a época do desenvolvimentismo. Depois, o segundo surto de reestruturação produtiva ocorre na época do ‘milagre brasileiro’, na ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, ele é decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o terceiro – e atual – surto de reestruturação produtiva

vinculasse à época da crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível – cujo ‘momento predominante’ é o toyotismo. Ele ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte – os anos 90, sob a era neoliberal.

O processo de reestruturação espacial produtiva não pode ser caracterizado por uma lógica única e homogeneizante, é necessário compreender a interação da reprodução do dinheiro e as transformações do espaço. Gomes (2011, p.69) amplia essa discussão sobre as particularidades de reestruturação afirmando que:

A reestruturação produtiva no Brasil ocorre num contexto de recessão, desemprego, instabilidade econômica e abertura comercial. Esse processo de reestruturação produtiva ocorre com a implementação de práticas e técnicas baseadas no modelo japonês, que inicialmente ocorreu no setor automobilístico e, mais tarde, no setor bancário, atinge a quase totalidade dos ramos produtivos e serviços, acarretando em alterações significativas na estrutura dos empregos (GOMES, 2011, p.69).

A reestruturação do capitalismo é, em essência, um fenômeno socioespacial, pois é fruto do processo social capitalista tardio e do processo espacial de desconcentração, na medida em que os fenômenos deixam de ser sociais e/ou espaciais e passam a ser socioespaciais, haja vista que são “ao mesmo tempo produtos e produtores” (GOTTDIENER, 1993, p. 230).

A reestruturação produtiva no município de Contagem, promoveu transformações espaciais, tanto em relação à nova localização dos antigos terrenos industriais, como também na mudança das infraestruturas e nos serviços do espaço em que as indústrias mais novas foram se instalando.

Para Lencioni (1998b, p.7)

As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas têm um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento (LENCIONI, 1998b, p.7).

A relação entre o espaço urbano e as indústrias produziu novos arranjos espaciais e, dessa forma, a relação entre o velho e o novo, caracteriza as novas dinâmicas que se sobrepõem de modo absoluto. “A reestruturação produtiva são transformações que vêm ocorrendo na indústria sejam de ordem técnica ou do ponto de vista do trabalho e na lógica espacial. Assim, consideramos a reestruturação como algo dinâmico, um processo dialético, em que elementos do “novo” e do “velho” coexistem na mesma empresa, isto é, as características do fordismo e da produção flexível” (GOMES, 2011).

O que se notabiliza de fato é a interação dos processos, de tal maneira que podemos dimensionar como estruturas espaciais “provisórias”. O espaço geográfico, ao longo do tempo, vai se transformando e adquirindo formas e funções diferentes. Desenvolvem-se modernas infraestruturas ao mesmo tempo em que padecem estruturas antigas e comprometidas pelo tempo. Assim, vão surgindo no espaço atributos, que podem o qualificar em quanto espaço da produção, da circulação, do consumo, do lazer, entre tanto outros” (TUNES, 2004, p.15).

Nesse sentido, Lencioni (1998b, pp.7-8) explica que: “as formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento. Tornam-se, sim, subordinadas face ao desenvolvimento dessas novas formas que reestruturam tanto a sociedade como o espaço”.

O debate sobre reestruturação produtiva no Brasil ganha dimensão em função das visíveis transformações que vêm ocorrendo em nosso país, com a incorporação de tecnologias organizacionais, gerenciais, ocasionando alterações na gestão e organização do trabalho, no mercado de trabalho, bem como nas relações entre empresas (GOMES, 2011, p.52).

Na medida que o movimento do capital em nível mundial se reproduz o que se verifica de fato é a noção da reestruturação espacial, produtiva, urbana e industrial.

Pode-se afirmar que a reestruturação só ocorre quando as estruturas socioespaciais necessárias à acumulação tornam gargalos para alavancar o crescimento e, conseqüentemente, a produção e a reprodução do capital. Ou seja, quando as estruturas vigentes já não atendem às necessidades do capital. É o que parece ter ocorrido quando desencadeou a crise estrutural do capital nos anos 1970 (GOMES, 2011, p.55).

Na medida em que os elevados custos de produção e de mão de obra se solidificam, a produção industrial mais tradicional é restringida (como o caso da Cimento Portland, espaço atual do Shopping Itaú que protagonizou diversos problemas ambientais relacionados a poluição do ar) ou pelos altos custos de força de trabalho. No setor industrial a reestruturação ocorre de modo mais intenso, dentre outras coisas, por via dos novos padrões da gestão/organização do trabalho, que assumem importância decisiva na flexibilização das relações de trabalho com impactos socioeconômicos e espaciais (MUNIZ, 2020).

Durante a análise do processo de reestruturação produtiva é necessário compreender as mudanças na base tecnológica, organizacional, social e espacial, considerando suas temporalidades e resíduos. Assim, o processo de reestruturação produtiva no Brasil ganha dimensão nos anos de 1990 como corolário da abertura econômica e da adoção de políticas de cunho neoliberal. Esse processo de reestruturação acarretou transformações no processo produtivo, organização e gestão do trabalho, bem como na dinâmica do espaço (GOMES, 2011, p.69). Analisando as transformações no município de Contagem, Lencioni (1991) contribui para o entendimento de que

A estruturação do espaço não é uma simples projeção da distribuição das atividades sociais sobre o território e nem se reduz a “processos” puramente espaciais. Primeiro, porque os processos sociais ocorrem de forma localizada no espaço, o que faz com que sejam relevantes as diferenças entre os lugares. Segundo, porque nos processos espaciais a transformação das relações sociais conforma a história destes processos [...] na perspectiva do estudo da dinâmica da reprodução do capital tem sua dinâmica relacionada ao desenvolvimento desigual do espaço, é que se pensa estar à chave para compreensão da nova estrutura espacial. Neste sentido, é que os processos sociais e espaciais configuram uma unidade. Nossa posição é a de que a reestruturação industrial depende tanto da reestruturação espacial, quanto esta é condicionada por forças sociais que movimentam o processo industrial [...] (LENCIONI, 1991, p. 14).

A reestruturação urbano-industrial é assim compreendida por nós através dos processos de concentração e centralização na reprodução do capital e sua manifestação se configura na desconcentração da metrópole.

3.1. A reestruturação produtiva a partir da produção do espaço urbano

A propósito de se pensar na (re)produção do espaço motivado por interesses capitalistas, a concepção de se pensar as formas e processos que atravessam o planejamento urbano precisam ser identificadas por uma pesquisa crítica, pensar a incipiente reestruturação da cidade industrial na região metropolitana significa entender para quem e para que o planejamento interessa. Segundo Villaça (1999, p. 230),

O planejamento urbano é encarnado numa ideia - hoje nada clara - de plano diretor e passa a ser admitido a priori como algo bom, correto e necessário em si. Adquire - no plano da ideologia - uma incrível credibilidade e autonomia, principalmente se lembrarmos que, a rigor, nas décadas de 1980 e 1990, os urbanistas mais atuantes já não sabem o que é um plano diretor, tamanha é a controvérsia entre eles. A ideologia, entretanto, encarregou-se de fazer com que os leigos não só saibam o que é plano diretor como também lhe atribuam poderes verdadeiramente mágicos.

De acordo com David Harvey (1976), o planejamento urbano teria como objetivo a produção, manutenção, gerenciamento e coordenação dos investimentos em capital fixo (sistema viário, redes de água e esgoto, redes elétricas etc.) no espaço urbano, utilizados pelo capital como meios de produção, e que tampouco poderiam ser produzidos individualmente pelo mercado. Vainer (2000, p. 98) amplia a discussão de planejamento urbano para planejamento estratégico explicando que:

O planejamento estratégico urbano e seu patriotismo de cidade desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática. Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania.

Desenvolvendo a noção de empreendedorismo urbano é possível analisar o processo de incorporação do setor público pelas técnicas de gestão, promovendo assim o ordenamento territorial, para Harvey (1992, p.148):

As mudanças no modo de regulação que alterou o regime de acumulação pelas possibilidades tecnológicas, pelas mudanças na divisão internacional do trabalho e pela ampliação na mobilidade de capitais, fomentaram a importância do setor de serviços e modificações nas relações de trabalho.

O sentido estrutural do planejamento urbano numa sociedade capitalista seria contribuir com o processo de reprodução social, estabilizando e contornando as contradições inerentes ao processo de acumulação de capital no espaço urbano. Pensar a produção do espaço tendo em vista o processo dialético, nos sugere a preocupação de que a região metropolitana Belo Horizonte e Contagem que abarca a “cidade industrial”, foi concebida por complexas relações sociais e redefinida pela mesma materialização do espaço pelo tempo. Carlos (1996, p.65) assevera que

O espaço entra na troca, torna-se mercadoria; áreas antes desocupadas entram na comercialização, posto que ocupadas por novas indústrias, como a da cultura, do turismo e do lazer (...). Assim as relações sociais de produção ultrapassam os limites do mundo da mercadoria.

O espaço urbano nesse sentido é concebido como uma mercadoria através das relações sociais desenvolvidas no modo de produção capitalista, sendo assim a cidade ganha um significado novo na lógica do empreendimento passando a ser organizada por um critério de gestão, colaborando assim com um contexto de mercado, encontrando no próprio mercado as condições necessárias para sua organização, é nessa perspectiva que Harvey (1996, p.56) afirma que:

O empresariamento urbano implica, contudo, em algum grau de competição interurbano. Aproxima-nos aqui de uma força que coloca claros limites ao poder que projetos específicos têm de transformar cada uma das cidades. De fato, na medida em que a competição interurbana se torna mais forte, ela certamente irá operar como um “poder coercitivo externo” sobre cada uma das cidades para alinhá-las mais fortemente à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista.

Nesta pesquisa analisa-se a redefinição do perfil de investimentos na região metropolitana que buscam assegurar uma renovação na forma de reprodução do capital, substituindo a indústria por serviços e comércio. Corrêa (1989, p. 9-10) assinala que:

O espaço urbano (...) é constituído por diferentes usos da terra. Cada um deles pode ser visto como uma forma espacial. Esta, contudo, não tem existência autônoma, existindo porque nela se realizam uma ou

mais funções, isto é, atividades como a produção e venda de mercadorias, prestação de serviços diversos ou uma função simbólica, que se acham vinculadas aos processos da sociedade.

Uma reflexão sobre o que tem sido a transformação espacial mostrada nas leituras já realizadas, evidencia o revigorado processo de valorização imobiliária marcado por dois motivos principais: o primeiro motivo é porque uma frente de expansão imobiliária vem se intensificando no eixo oeste da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte, construções populares conhecidas como “predinhos” ou “casas geminadas”; o segundo motivo, é o incentivo que o governo brasileiro vinha propiciando ao setor imobiliário, com a liberação de linhas de crédito para a aquisição de moradias para a população de baixa renda. A conformação do espaço metropolitano precisa ser compreendida por discontinuidades em seu processo de adensamento populacional e econômico, nesse aspecto Lencioni (2011, p.139) adverte que:

O processo de metropolização associado ao de desconcentração industrial não se desenvolveu de forma contínua; ao contrário, privilegiou as cidades localizadas junto aos principais eixos de circulação viária. Além do mais, algumas cidades, não importando o seu porte, ou seja, quer fossem médias ou pequenas, passaram a ser integradas diretamente à nova lógica da reestruturação produtiva, enquanto outras o fizeram apenas diretamente

Ainda que exista uma tendência para que se desenvolva uma homogeneização do território na região metropolitana, sempre haverá diferenças em sua forma conteúdo, e dessas diferenças destacamos a reestruturação espacial produtiva, pois, a rigor, as decorrências sociais e espaciais explicitadas nesse processo, podem ser consideradas a partir da instalação de novas atividades de trabalho e de mudanças na gestão da cadeia produtiva, atrelado ao papel da política econômica industrial.

Nesse aspecto, Carlos (2007, p. 15) aponta que:

Os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do deslocamento do comércio, dos serviços e do lazer. Essas transformações decorrentes das funções dos lugares da cidade geram o que chamo de “centralidades móveis” - movimentação no espaço metropolitano de centros geradores de fluxo assentadas nas novas formas de comércio e dos serviços modernos. Por sua vez a “gestão” ao privilegiar determinadas áreas da cidade - abrindo avenidas, destruindo

bairros, fechando ruas, impedindo usos e determinando outros - implode a sociabilidade, desloca os habitantes, influencia a valorização/desvalorização dos bairros da cidade e acentua a desigualdade.

No bojo dessas transformações socioespaciais, as reflexões de Magalhães e Tonucci Filho (2017, p.441), também auxiliam a pensar que:

O neoliberalismo urbano baseia-se numa lógica econômica que promove a financeirização da cidade, que fomenta e pega carona na valorização imobiliária e se agencia através de um fortalecimento do poder de fogo dos capitais imobiliários na conformação da política urbana e de uma forma de planejamento voltada para o abastecimento desse mecanismo através de projetos e planos urbanos diversos, sendo o processo de gentrificação a frente de expansão territorial de um meio urbano ultra valorizado que esse modelo de planejamento busca promover (MAGALHÃES; TONUCCI FILHO, 2017, p. 441).

O espaço pode ser compreendido como um conjunto de lugares fragmentados pelas condições de produção, circulação e consumo abarcando assim a totalidade do espaço através da divisão social do trabalho, sendo importante a noção do tempo para o seu acúmulo. Santos (1979, p. 42-43) afirma que

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial.

O desenvolvimento geográfico desigual é, em certo sentido, expressado em termos de uma oposição entre forças contrárias que contribuem para a concentração ou dispersão geográficas na circulação do capital. Marx, em “O Capital” (2008), está interessado em explicar a concentração das forças produtivas nos centros urbanos e nas mudanças correlacionadas nas relações sociais da produção e da vida. Ele dimensiona os resultados que dirigem á acelerada concentração das cadeias produtivas na formação dos espaços urbanos, que se tornaram, na verdade, oficinas coletivas de produção. Muniz (2020), dimensionando as particularidades desse processo, registra que

As características na contemporaneidade subjacente ao processo de reestruturação das forças produtivas, se referem as alterações das condições técnicas, jurídico-políticas e sociais, as formas de organização do trabalho e do processo de produção, com introdução de novas práticas gerenciais. Isso implicou também transformações nas relações entre capital e trabalho, com a instauração de novas legislações trabalhistas de cunho flexível, adaptando-as às necessidades do capital (MUNIZ, 2020, p.8).

As forças presentes no modo de produção capitalista tendem a engendrar uma lógica de circulação da mercadoria em constante ampliação na possibilidade de integrar-se no mundo, o que, em certa medida, pode ser definido como a constituição de uma nova divisão internacional do trabalho,

Vainer (2000, p.85) analisa com propriedade a lógica do *modus operandi*:

O projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania. Subjacente ao exercício analítico está a intenção de discutir se, e até que ponto, é aceitável a postulação dos propugnadores do planejamento estratégico urbano de que sua adoção seria o único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais; ou se, ao contrário, esta proposta estará, nos próximos anos, obrigada a disputar o mercado de modelos com alternativas capazes de oferecer outros valores e projetos ideais de cidade.

Nesse sentido, Cota (2013) assinala que “o fato é que grande parte dessas “externalidades” que acrescentam valor ao lote são promovidas pelo Estado, seja por meio de intervenções ou obras com recursos públicos, seja pela regulação urbanística, que normatiza o seu uso e a forma de sua ocupação.

A concepção de pensamento sobre as formas e processos que atravessam o planejamento urbano precisa ser identificada por uma pesquisa crítica, ou seja, pensar a incipiente reestruturação da cidade industrial na região metropolitana significa entender para quem e para que o planejamento interessa – a rigor, o que estaria na órbita dos agentes que definem a lógica de regulação da cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda,

e nesse quesito a propósito de se pensar na (re)produção do espaço motivado por interesses capitalistas.

Toda discussão realizada até aqui permite refletir e interpretar as implicações entre reestruturação produtiva e mudanças na “cidade industrial” de Contagem favorecidas por um conjunto de postulados econômicos, a contenção do processo de degradação das áreas industriais e o plano de reinserção econômica das novas atividades empresariais nos convidam a refletir sobre a reestruturação espacial produtiva dos ramos industriais.

O processo de reestruturação do aparelho produtivo não pode ser compreendido sem considerar-se as relações entre produção e território. Isto porque “o reordenamento do trabalho entre grandes unidades fabris e empresas de menor porte configura um complexo de redes que valorizam o âmbito territorial” (LAGE e CARVALHO NETO, 2008, p.258).

Compreendemos que a cidade industrial não é apenas um conjunto de firmas localizadas numa mesma região geográfica. São um conjunto de empresas geralmente da mesma cadeia, produtiva, que se reúnem em rede coletiva, dividindo esforços mediante a especialização e a subcontratação. Constituem características dos distritos industriais: a difusão de ideias e inovações técnicas, a colaboração entre firmas, o dinamismo empresarial e a existência de mão-de-obra treinada e adaptável. Lage e Carvalho (2008, p.269) explicam que

no caso de Contagem, a partir dos anos 1990, as empresas de grande e médio porte implementaram importantes mudanças no sistema produtivo, como a utilização de modernas técnicas gerenciais, em função das novas exigências do mercado, mais competitivo e internacionalizado. Por outro lado, as inovações não foram suficientes para alterar, de forma significativa, a distribuição do sistema produtivo no território. Provavelmente em função dos ramos industriais predominantes, que requerem processos mais próximos ao modelo mecânico, as grandes empresas continuam concentrando a produção industrial. A prática de terceirizar foi observada, sobretudo, em relação aos serviços auxiliares da produção; para Contagem se direcionaram as subcontratações de atividades tradicionais, absorvedores de mão-de-obra de baixa escolaridade.

Sendo esse espaço fruto da divisão territorial do trabalho, a expressão metropolitana nas condições de desenvolvimento na periferia do capitalismo, torna-se

necessário refletir também sobre a escala. Sanfelici (2015, p. 125) a caracteriza da seguinte forma:

(1) As escalas geográficas não são arenas ou continentes fixos, neutros e naturalizados da ação social; antes, as escalas e as relações hierárquicas entre escalas são socialmente produzidas, historicamente condicionadas e, portanto, sujeitas a transformações e rearranjos; (2) as escalas não podem ser compreendidas em si mesmas, mas precisam ser apreendidas relacionalmente, ou seja, com base nas relações verticais e horizontais que estabelecem com outras escalas geográficas; (3) cada processo econômico, político ou social em particular exhibe uma determinada configuração escalar, de modo que não há, necessariamente, uma sobreposição ou coincidência nos arranjos e hierarquias escalares engendrados por esses diferentes processos; (4) as escalas e as relações hierárquicas entre escalas são o resultado, e ao mesmo tempo um objeto privilegiado, de lutas por poder, dito de outra forma, a definição dos conteúdos das relações-interescalares é parte fundamental da disputa por poder entre diferentes grupos e classes sociais, de tal forma que a resistência a uma determinada ordem social, bem como a construção de uma ordem diferente passam, frequentemente, pela reconfiguração e rearranjo das escalas geográficas; (5) as relações- interescalares não são, na maior parte das vezes, relações estáveis e harmônicas; antes, essas relações encerram tensões, instabilidades e contradições, decorrentes das divergências, descompassos ou mesmo antagonismos entre agentes e processos que operam (prioritariamente) em níveis escalares diferentes; e, finalmente (6) a produção da escala é somente uma dimensão ou aspecto da produção, e , por isso último conceito; por isso, ao desvendar determinado objeto de pesquisa, não se pode desconsiderar a articulação de um determinado processo identificado como relevante (por exemplo, a produção da escala) com outros processos socioespaciais-como a regionalização, a formação de redes e de territórios etc - que possam ser pertinentes no desvendamento do objeto.

As escalas não são definidas de modo vertical, como uma escolha metodológica, as escalas são um produto de atividades políticas, sociais e econômicas, nesse sentido, necessitam ser interpretadas através da possibilidade de serem radicalmente transformadas a partir da lógica da reestruturação da lógica de acumulação capitalista do espaço urbano industrial, a escala local sendo um espaço de relações sociais privilegiadas no que se refere a localização do empreendimento, necessita ser compreendida de alguns questionamentos. Oliveira (2003, p.27) questiona:

Quais recursos são ou estão disponíveis? Qual a capacidade das instituições locais intervirem na formação e qualificação da mão-de-obra local? Qual nível de participação das instituições universitárias e

de pesquisas é possível no local? Quais níveis de participação, compromisso e controle podem ser exercidos pelas administrações municipais e demais setores sociais na configuração de uma economia regional? Quais recursos para investimentos, financiamentos e subsídios existem nos diferentes níveis governamentais, para serem aplicados regionalmente? Com quais recursos de infraestrutura econômica e social se pode contar nestes locais?

Em suma, se há um processo de reestruturação produtiva global, se há interesses globais e transformações que se processam em todo o globo, isso não exime e não anula o local de suas especificidades, fazendo com que, em cada lugar, tais processos e dinâmicas se apresentem de formas também específicas – daí o interesse de analisar a área de nosso estudo particular.

Limonad (2014) afirma:

Cada lugar, enquanto parte integrante do espaço social, constitui a condensação de distintos processos e de práticas sociais, que ao mesmo tempo que lhe conferem um caráter específico o entrelaçam a história e ao desenvolvimento geograficamente desigual e combinado da produção social do espaço em diferentes escalas e tempos. Portanto, enquanto síntese de significados sociais diversos, cada lugar, em si, é singular (LIMONAD, 2014, p.9).

A nossa hipótese é de que não é a cidade de Contagem e seu contexto metropolitano, as empresas ou setores novos da dinâmica produtiva local que impulsionam as transformações, mas um conjunto de processos que difundem mudanças na organização das atividades produtivas.

No texto *Globalização e Fragmentação*, Haesbaert (2013, p.34) analisando as respostas do capitalismo, em defesa de seus interesses maiores e em reação a acontecimentos no seio da globalização econômica, nos ensina que:

O modo de produção capitalista irá tomar como fios condutores para sua reestruturação e manutenção de poder a “integração das economias mundiais”, que se convencionou chamar de globalização, e a “reestruturação das componentes de produção”, que vão incluir a força de trabalho e o processo produtivo. Ambos passam a se inserir em uma informatização e automação crescentes (HAESBAERT, 2013, p.34)

É necessário evidenciar que a reestruturação espacial produtiva apresenta perspectivas diferenciadas, em países centrais e periféricos. Nos países centrais, podemos caracterizar a reestruturação a partir da queda do Estado de Bem-estar social atrelada ao

rebaixamento da queda da taxa de lucro pelos grandes empreendimentos industriais, rebaixamento nos níveis de consumo da classe trabalhadora e, em contrapartida, uma acelerada participação do capital financeiro regendo a orientação Neoliberal das políticas de Estado.

O que se observa nos países periféricos e sobretudo na nossa área de estudo que é o contexto do município de Contagem-MG, é a transformação do capital à procura de intenso incentivo fiscal e mão de obra barata como elementos decisivos em ritmos de industrialização intermediária, e que se estruturou na formação socioespacial obtendo assim como resultado na reestruturação uma maior precarização da força de trabalho e acumulado desemprego.

Flavia Lage (2013) explica que a reestruturação espacial produtiva em Contagem, a partir dos anos 1980, pode ser também entendida por tipos industriais como Metalurgia e Mecânica que sofreram considerável retração e Materiais de transporte e Indústrias de alimentos obtiveram grande aumento na participação econômica, sendo que a partir dos anos 2000 a indústria vem perdendo participação total no PIB (Produto Interno Bruto) de ordem total e municipal.

Lage (2013, p.13) acrescenta a discussão escrevendo que:

Acredita-se, porém, considerando-se a dualidade serviços modernos/ serviços tradicionais, que as categorias que tiveram maior expansão incluem-se nos serviços tradicionais, aqui entendidos como aqueles que utilizam mão de obra com baixa escolaridade. Isto porque, as funções produtivas auxiliares que exigem maior qualificação estariam sendo contratadas em outros centros urbanos, que apresentam maior oferta de serviços avançados.

A inserção do setor terciário caracterizando assim a metamorfose do espaço urbano de Contagem-MG, é condicionado pelas alterações nas indústrias implementando uma maior demanda por serviços produtivos e distributivos, por um lado, e, por outro, o aumento da força de trabalho na economia do setor terciário e a demanda populacional por maior oferta de bens e serviços, sedimentando a consolidação da ideia de que a cidade industrial de Contagem construída junto a nova capital de Minas Gerais arquitetada com enorme esforço de planejamento estatal vem assumindo uma nova configuração econômica entre o passado industrial e o presente comercial e prestador de serviços no conjunto da economia mineira.

O quadro 3 e 4 traz os números da classe trabalhadora em seu processo de divisão nas faixas produtivas do município de Contagem-MG, numa perspectiva entre os anos 2002 e 2018:

Quadro 3: Divisão de ocupação do trabalho entre todos os setores da economia do município de Contagem-MG

Ano	Empregados do setor formal
2002	114.559
2006	156.572
2010	191.989
2014	209.001
2018	187.383

Fonte: IMRS, 2022. Org.: Rodrigo Ribeiro.

O quadro 4 dimensiona a divisão exata entre a classe trabalhadora no âmbito formal, através da ocupação do trabalho os setores secundário e terciário da economia do município de Contagem-MG, no período observado entre os anos de 2002 e 2018.

Quadro 4: Divisão de ocupação do trabalho entre os setores secundário e terciário da economia do município de Contagem-MG

Ano	Empregados do setor formal - indústria de transformação	Empregados do setor formal - comércio	Empregados do setor formal - serviços
2002	30.863	30.385	46.983
2006	41.323	41.239	64.618
2010	44.528	63.850	72.422
2014	51.417	68.273	78.573
2018	51.724	56.461	71.613

Fonte: IMRS, 2022. Org.: Rodrigo Ribeiro.

O impacto que a reestruturação da produção industrial causa na economia se notabiliza em um sentido de ampliar a força de trabalho no setor terciário por meio do comércio e da prestação de serviços, nos evidenciando assim a metamorfose na divisão

social do trabalho. Lencioni ao realizar o diagnóstico da dimensão industrial do Brasil enfatiza a ideia de que:

Com o processo de reestruturação produtiva que assolou o mundo e trouxe profundas modificações no parque industrial brasileiro, houve uma perda significativa do emprego industrial. Para se ter uma ideia dessa perda, vale lembrar que nos anos de 1970 o emprego industrial significava 20% dos empregos do país, tendo passado, nos anos de 1990, para 13%. E essa perda ganha mais expressão quando vemos que entre 1980 e 1990 foram eliminados um milhão e meio de postos de trabalho na indústria. (LENCIONI, 2006, p.107-109).

Nesse aspecto é preciso salientar algumas condições básicas para o entendimento do que determina ser o desenvolvimento do capitalismo sob a luz do município de Contagem-MG. Nos referimos objetivamente as modificações técnicas, jurídicas, políticas e sociais, no sentido de compreender as redefinições das formas de organização do trabalho e dos processos de produção, engendrando assim novas relações entre capital-trabalho, desempenhadas com a insurgência das legislações trabalhistas de caráter flexível que se expressam sob os interesses da acumulação capitalista. “Além das transformações na estrutura organizacional das indústrias, os processos de reestruturação, movidos pela incorporação de tecnologia, contribuíram para aumentar o nível de desemprego, sendo esta uma de suas consequências sociais.” (MUNIZ, 2020, p.10)

O quadro 5 analisa o Valor Adicionado Fiscal (VAF) que é um dado apurado pela Secretária de Estado da Fazenda (SEF), com base na Declaração Anual do Movimento Econômico Fiscal dimensiona a divisão exata entre a classe trabalhadora no âmbito formal, nas declarações prestadas a Receita Federal do Brasil. Como é destacado na página do Instituto Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro (FJP) o VAF, é importante para destacar o potencial que o município possui em angariar receitas e para a distribuição de 75% da cota parte do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços). através da ocupação do trabalho os setores secundário e terciário da economia do município de Contagem-MG, no período observado entre os anos de 2002 e 2018.

Quadro 5: A divisão da arrecadação de impostos entre os setores secundário e terciário na participação municipal de Contagem-MG.

Ano	Valor Adicionado Fiscal(VAF) da indústria de transformação R\$ mil correntes	Valor Adicionado Fiscal (VAF) do comércio varejista R\$ mil correntes	Valor Adicionado Fiscal(VAF) do comércio atacadista R\$ mil correntes	Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos serviços R\$ mil correntes
2002	800,64	211,28	525,24	242,83
2006	4.431.070,26	770.833,59	2.091.617,83	752.213,67
2010	5.740.289,63	1.260.953,56	4.006.609,13	1.415.558,83
2014	6.581.110,08	2.109.301,67	5.481.465,47	1.657.797,42
2018	6.013.290,22	2.877.577,55	7.032.374,13	2.197.360,86

Fonte: IMRS, 2022. Org.: Rodrigo Ribeiro.

A vigência e a perspectiva da reestruturação industrial inaugura transformações nos equipamentos e nos fluxos urbanos, reverberando assim novas formas de apreensão espacial, ou seja, o surgimento ou a realocação industrial determina de maneira concreta o processo de metropolização além de induzir a reinvenção de espaços urbanos, os dados revelados quanto a arrecadação fiscal do município, não nos permite falar em desindustrialização mas sim em estagnação dos empreendimentos industriais que estão articulados na mundialização do capital.

Soares (2011, p.98) analisando a reestruturação da economia e do espaço social de Contagem nos revela que

O processo de reestruturação em curso nesse município é uma mudança dinâmica de algumas das características da economia, da sociedade e do espaço metropolitano e local. Observa-se, além disso, uma mudança de atuação do Estado local, na qual a política e o planejamento urbanos parecem assumir um papel mais central. Novos princípios, instrumentos e mecanismos colocam em evidência as mudanças na esfera do planejamento e da gestão do espaço urbano local.

A renda per capita caracterizada no quadro 6, entre os anos 2000 e 2010, é um indicador socioeconômico que avalia o grau de desenvolvimento de um determinado lugar sendo a média obtida entre o Produto Nacional Bruto (PNB) e o número total de

habitantes, essa relação nos dá à ideia do movimento em que o dinheiro se realiza na economia do município de Contagem-MG.

Quadro 6: Breve Histórico da Renda per capita no município de Contagem-MG.

Ano	Renda per capita R\$ correntes	Taxa de emprego no setor formal %	Rendimento per capita no setor formal R\$ correntes/hab.
2000	287,77	30	244,63
2010	824,3	44,8	455,29

Fonte: IMRS, 2022. Org.: Rodrigo Ribeiro.

O produto Interno Bruto de um município, de acordo com o IBGE cidades (IBGE, 2022), foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e sua população residente. Para a população, foi utilizada a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União- TCU, em outubro de 2009, tendo 1º de julho de 2009 como data de referência. Produto interno bruto é o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias.

Quadro 7: Análise do Produto Interno Bruto do município de Contagem-MG

Ano	Produto Interno Bruto R\$ correntes/hab.
2002	114.559
2006	156.572
2010	191.989
2014	209.001
2018	187.383

Fonte:IMRS,2022. Org.: Rodrigo Ribeiro.

A reestruturação produtiva acelerou-se rapidamente desde os anos 1990, quando ocorreu a abertura da economia, com o advento da globalização e o ritmo desempenhado das formas de governo Neoliberal readaptando nesse contexto a articulação Capital-Estado e Sociedade, a nosso ver este momento denota assim uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo caracterizada pela predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista.

A mudança drástica na forma de organização da produção e das relações de trabalho no município de Contagem-MG pode ser compreendida por meio da análise dos quadros 1,2,3,4 e 5 onde se observa o efeito multiplicador do setor terciário numa cidade de origem histórica industrial. Lage (2013, p.77) avalia os desdobramentos dessas transformações no município da seguinte forma:

Dentre as várias consequências dessas mudanças destacam-se: O novo padrão produtivo avançado baseado na flexibilidade e na inovação tecnológica e a alteração na composição da força de trabalho, quando novas habilidades e qualificações passam a ser exigidas. O novo paradigma veio afetar, mais adiante os países periféricos, de modo profundo, principalmente com relação ao emprego industrial. Assiste-se portanto, desde o início dos anos 90, ao deslocamento de parte do processo produtivo e de serviços de apoio para fora da empresa, acentuando-se as práticas de terceirizações e subcontratações (LAGE,2013, p.77).

As novas formas de mobilidade do capital assumem uma nova regra de acumulação e, nesse sentido, as cidades estão condicionadas a redes de comunicação e transporte que determinam padrões de investimentos dos mais variados tipos, por outro lado a cidade permanece subjacente a RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte) o que lhe confere traços de desenvolvimento através da divisão de ocupação do trabalho entre todos os setores da economia do município de Contagem-MG.

No início do processo de industrialização foi verificado um vertiginoso aumento populacional na cidade por meio da classe operária que buscava ali alguma forma de trabalho e renda. Com a modernização do setor industrial, começou-se a observar uma alteração da população contendo maior número de pequenos empresários, classe média assalariada e trabalhadores de novas frentes de trabalho, verificamos assim que as mudanças no perfil das empresas da região estão submetidas a uma nova lógica de relação

de produção através da transferência de elaboração e controle da produção da direção para as franjas assalariadas.

3.2. O Estado e a reestruturação espacial da produção

Consideramos ser necessário a fundamentação teórica sobre a configuração na correlação de forças que se realiza no âmbito estatal – isso poderá nos ajudar a dimensionar os processos estruturantes que envolvem a reestruturação dos espaços industriais na região metropolitana de Belo Horizonte, revelando assim os desdobramentos entre Estado, sociedade e capital. e é a partir deste emaranhado de forças hegemônicas que Limonad (2014, p.8) assevera que:

O Estado pode ser entendido (...) ao mesmo tempo como o resultado e a arena da interação de forças e de interesses sociais diversos e contraditórios. Sua forma institucional é uma resultante e um condicionante, da correlação de forças e das estratégias dos diferentes atores sociais e políticos, onde as forças hegemônicas fazem valer suas estratégias inscritas territorialmente e articuladas em diferentes escalas, estratégias estas selecionadas de forma seletiva em conformidade com as alianças prevalecentes no bloco no poder.

Marx (2008) classifica esse conjunto de forças em virtude da mobilidade do dinheiro, de crédito e a tendência para eliminar as barreiras espaciais que se tornam a chave para o entendimento da dispersão rápida da circulação do capital na face da terra. As perspectivas de altos lucros seduzem os capitalistas para buscarem e explorarem em todas as direções.

Harvey (2013), em “Os limites do capital”, explica que

Tendências opostas para a concentração e dispersão geográfica correm uma contra a outra. E não há garantia de um equilíbrio estável entre elas. As forças que contribuem para a aglomeração podem facilmente ser construídas cumulativamente uma sobre a outra e produzir uma concentração excessiva desfavorável a mais acumulação. As forças que contribuem para a dispersão também podem facilmente ficar fora do alcance. E as revoluções na tecnologia, nos meios de comunicação e no transporte, na centralização e descentralização do capital. Desse modo, o capital é impelido para fases às vezes simultâneas e às vezes sucessivas de aprofundamento e ampliação nas configurações espaciais das forças produtivas e das relações sociais (HARVEY, 2013, p.529).

Refletindo sobre o materialismo histórico-dialético, Lefebvre (2006) em “A produção do espaço” apresenta ponderações importantes para as reflexões desta pesquisa:

O espaço simultaneamente intervém na produção em si (na organização do trabalho produtivo, na dinâmica dos transportes, no fluxo de matérias e energias, na rede de distribuição dos produtos etc.) – portanto o espaço é uma mediação, ou seja, o espaço é produto e ao mesmo tempo produtor (LEFEBVRE, 2006, p26)

Lefebvre (2006) sustenta a ideia de que o espaço é uma instância produzida socialmente não sendo um mero receptáculo, mas um produto e, ao mesmo tempo, produtor das relações engendradas pelo modo de produção. Explicitando assim as forças produtivas, organização do trabalho, relações de propriedade, instituições e ideologia.

Poulantzas (1993) em “O Estado em crise” desenvolve a noção de que o modo de produção capitalista apresenta então, as relações do Estado e da economia, uma especificidade, a de uma separação relativa entre o Estado e a economia no sentido capitalista,

Esta separação não é a forma capitalista de instância por natureza autônomas, ela não significa que, sob o capitalismo, tratar-se-ia de uma exterioridade real do Estado e da economia, intervindo o Estado, sob o capitalismo, na economia apenas do “exterior” (POULANTZAS, 1996, p.16).

É necessário interpretar a condição do “Estado neoliberal”, que é de favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o livre comércio e regime de direito do livre funcionamento de mercado. Pode-se caracterizar a concepção neoliberal como a promoção da privatização de ativos do Estado, setores antes regulados pelo Estado, como telefonia, energia elétrica, saneamento básico, são transferidos à iniciativa privada. David Harvey (2014) em “O Neoliberalismo: história e implicações”, faz uma importante recuperação de todo esse processo e nos esclarece afirmando que:

A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercados e de capital é entregue de bom grado ao mercado global. A competição internacional é tida como algo saudável, já que melhora a eficiência e a produtividade, reduz os preços e, dessa maneira, controla as tendências inflacionárias. Os Estados devem, por conseguinte, empenhar-se coletivamente para a redução e a negociação de barreiras ao movimento

do capital por suas fronteiras e para a abertura dos mercados (tanto para mercadorias como para o capital) às trocas globais (HARVEY, 2014, p. 76).

Nesse contexto, entendemos o Estado abraçando o papel de locomotiva das transformações por intermédio de seu aparato institucional, agregando assim diversos campos na economia de mercado, adaptando a organização social, espacial e econômica às inovações do capital e assim aparelhando o desenvolvimento da atividade capitalista. Isto é evidente tanto analisando uma escala maior, como em particular é o que vemos acontecer na RMBH. Nessa perspectiva, Muniz (2020) afirma que:

Dentre as múltiplas expressões da reestruturação capitalista, temos a readaptação do Estado às mudanças que o sistema capitalista à escala planetária está exigindo, passando a ser um componente estratégico ao criar as condições para que as ações se concretizem, adequando a produção e o espaço a um processo de regulação comandado pelo mercado global. Assim, a abertura à competição global, somada à intensificação das práticas neoliberais em um ambiente de reestruturação produtiva, trouxe consigo um conjunto de transformações (MUNIZ, 2020, p.2).

A administração do Estado é a materialização das contradições e conflitos que envolvem suas estruturas e seus aparelhos. De acordo com Poulantzas (1981), é a noção de independência dos interesses da burguesia, mas ao mesmo tempo a possibilidade concreta da manutenção de sua existência no tecido social. A importância do Estado como uma conexão, mais precisamente a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe da sociedade (POULANTZAS, 1981), permite entender este para além de uma estrutura de caráter universal e monolítico. Nesse entendimento, compreende-se que a estrutura material do Estado se caracteriza como um dispositivo político estratégico, ao mesmo tempo em que os combates e contradições que manifestam a produção do espaço urbano resistem contra ou no âmbito de suas estruturas e aparelhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a refuncionalização dos espaços industriais significa dimensionar a desconcentração industrial, ocorrendo, nesse processo, uma desarticulação das relações socioeconômico-espaciais que prevaleciam anteriormente (tanto nas áreas centrais da metrópole quanto na área para onde as indústrias migram) e a constituição de novas articulações.

A interpretação de conflitos e possibilidades existentes entre o Estado e a produção do espaço compreende as origens e os planos de desenvolvimento do processo urbano-industrial do município de Contagem, estabelecendo assim uma inserção com a RMBH e a sua vinculação com a Política econômica capitalista em âmbito estadual e nacional através do seu grau periférico no sistema mundial. A realidade que se fez presente nesta investigação científica foi amparada por dois fatores iniciais determinantes para a compreensão da desconcentração industrial: a redução do número de estabelecimentos industriais e a diminuição da força de trabalho no setor secundário.

Comprendemos assim que as antigas estruturas industriais acolhem novas funções relacionadas ao setor terciário, entendendo os impactos da globalização na transformação espacial para poder diagnosticar o acirramento competitivo entre as diversas frações do capital. De forma geral, há uma relação histórica entre o capital e o espaço na busca do primeiro de superar alguns de seus próprios limites diante de si mesmo e da força de trabalho.

Por meio de sua crescente mobilidade, o capital, sobretudo o grande capital, busca explorar, nos diversos lugares, os diferenciais existentes nos custos de mão-de-obra, matérias-primas, energia, subsídios estatais, entre outros. Essa busca histórica do capital por áreas mais atrativas, por sua vez, afeta a organização do espaço da indústria e a localização dos empreendimentos industriais no território.

Nesse sentido, a compreensão dos impactos das transformações do capitalismo contemporâneo sobre a base produtiva local, na perspectiva de compreender as mudanças ou continuidades do processo produtivo, faz-se necessária para a apreensão das modificações associadas a adoção dos novos preceitos da economia que dimensiona o espaço produtivo a partir das concepções fordistas e de acumulação flexível através de

um substrato dialético, ou seja, existe uma amálgama entre os processos modernos e arcaicos, existe uma substância entre o velho e o novo na produção do espaço de Contagem.

Os fatores que levaram o município de Contagem-MG a experimentar intenso crescimento com o advento da indústria entre os anos de 1960 e 1980 perderam grau de importância como o de suprimento da logística de transportes e comunicação, flexibilizações ambientais, incentivos fiscais através da política tributária, escolas técnicas, vilas e moradias da classe operária e as deseconomias de aglomeração evidenciam esse processo de desconcentração da atividade industrial no município de Contagem-MG, entendemos que se a produção do espaço urbano-industrial condicionou a concentração das indústrias na RMBH no sentido de produzir-distribuir-consumir, podemos afirmar que a reprodução do capital se notabiliza pela mesma lógica no sentido de gerar valor com o avanço terciário determinando assim a apropriação da Mais-Valia, como consequência dos fatores relacionados as economias externas com o advento da Globalização.

Em Contagem, a partir dos anos 1990, as empresas de grande e médio porte implementaram importantes mudanças no sistema produtivo como a utilização de modernas técnicas gerenciais em função das novas exigências do mercado mais competitivo e internacionalizado. Por outro lado, as inovações não foram suficientes para alterar, de forma significativa, a distribuição do sistema produtivo no território, provavelmente em função dos ramos industriais predominantes que requerem processos mais próximos ao modelo mecânico.

Diagnosticamos, no desenvolvimento da pesquisa, que o município teve perda em possibilidade na oferta da produção da mercadoria do setor industrial ao passo que ganhou relevância com o aumento da demanda por mercadorias e serviços no âmbito terciário, havendo assim a consolidação da ideia de que o capitalismo se multiplica e ganha valor com novas formas de reprodução espacial, a desconcentração e especialização industrial são substituídas pela dispersão produtiva e nova configuração no mundo do trabalho.

A queda do emprego industrial e da capacidade produtiva em Contagem-MG conforme foi evidenciada no interior da nossa pesquisa revelou que existe, sim, uma notável importância do setor terciário em desenvolvimento conforme nos evidenciou os

dados através da avaliação dos critérios de PIB, renda per capita, empregos diretos formais, e valor adicionado fiscal como fatores para caracterização socioeconômica.

As regiões metropolitanas em função dos padrões de desenvolvimento e crise do modo de produção capitalista reverberam a tendência de desencadear processos de deseconomias de aglomeração como a existência de congestionamentos das redes viárias, falta de espaço para expansão da planta industrial, aumento dos preços dos terrenos nas áreas mais centrais, e o aumento de impostos tornam assim os problemas para a continuidade da produção industrial de determinada área com verdadeiros sintomas de inviabilização de empreendimentos industriais.

É preciso destacar a noção de que os empregos industriais que perderam volume na divisão territorial do trabalho podem se caracterizar pelos processos de automação das plantas industriais com o advento da modernização das unidades fabris e não necessariamente pelo padrões de desindustrialização que muitas vezes se compreendeu na transformação do espaço urbano, assumimos assim a condição de que a automação não determinou o fim do emprego da atividade industrial, sendo o espaço essa junção de produto e produtor de relações sociais e relações de produção

A refuncionalização espacial ocorre Contagem-MG, na perspectiva de que as estruturas que são objetos concretos da paisagem tornam-se obsoletos às novas funções da reprodução do capital e, assim, as formas antigas se tornam gargalos para o crescimento da margem de lucro do grande capital, sob a égide da flexibilização e fragmentação da produção que evidencia o capitalismo tardio, a condição concreta do subdesenvolvimento e da dependência externa é o que se cristaliza ao analisarmos a amálgama entre o passado e o presente nas faixas produtivas do município de Contagem-MG.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, T.R.C; SOUZA, C.C.A. Evolução da estrutura industrial de Minas Gerais no período 1960-2010: uma análise frente aos demais estados da federação; apresentação do artigo no **XVI Seminário sobre a Economia Mineira em Diamantina, 2018**

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999

ALVES, Giovanni. ***O Novo (e precário) Mundo do Trabalho***. São Paulo: Boitempo, 2000.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla M. junho. **Contagem: Origens**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e Indústria**. 5ª edição. São Paulo: contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani A. “A mundialidade do espaço”. In: **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 124-125.

CARNEIRO, Kelly Aparecida de Souza. **Percepção intergeracional de paisagens urbanas: Estudo de Caso da Comunidade dos Arturos-Belo Horizonte-2017.233F**-Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CONCEIÇÃO, Jefferson. **As fábricas do ABC no olho do furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90**. São Caetano do Sul, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Administração do Centro Universitário de São Caetano do Sul.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989.

COSTA, H. S. M. 1994. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Monte-Mór, R. L. (coord). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: PBH/CEDEPLAR, 1994, pp. 51 - 77.

COTA, Daniela Abritta. Estado e espaço na acumulação capitalista. In, COTA, Daniela Abritta. **A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2013. P.60-93.

CIDADE da região metropolitana de Belo Horizonte recebe uma das maiores contrapartidas socioculturais do Brasil. **TERRA**. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/dino/cidade-da-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte-recebe-uma-das-maiores-contrapartidas-socioculturais-do-brasil,fd7833622eb29222b07a26930fb7c0fzkmpq55m.html>> Acesso em 20 de Jun.de 2022.

DINIZ, C.C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG-PROED, 1981.

DUARTE, Adriana. A CRISE DO FORDISMO NOS PAÍSES CENTRAIS E NO BRASIL: Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n. 7, jun.-dez – 2000.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**- Belo Horizonte: Ed, UFMG, 1999.

EVASO, A.S. A refuncionalização do espaço. **Revista Experimental**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 33 - 54, mar. 1999.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FERREIRA, H. **A inserção de Contagem no contexto urbano da RMBH: reflexões sobre as transformações sócio-espaciais recentes**. Belo Horizonte. 2002. 130f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FILHO, J.B.T; MAGALHÃES, F.N.C, A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v.19, nº 39, pp. 433-454, maio/agosto de 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Impactos e perspectivas da reestruturação produtiva de centros industriais médios no Brasil**. Contagem – MG como projeto – piloto. Belo Horizonte, 2002.

GASPAR, F. F. CARVALHO, L.M. O escritório de planejamento urbano de Contagem – EPUC, **XV ENANPUR, desenvolvimento, crise e resistência**: Quais os caminhos do planejamento urbano e regional? São Paulo, 2017.

GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a dependência**, Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de doutor Campinas, maio 1994.

GOMES, M.T.S. o debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil; **RAEGA 21** (2011), P.51-77, Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In **Espaço e Debates**, ano XVI, n. 39, 1996, pp. 48-64.

HARVEY, David. Labour, capital and class struggle around the built environment in advanced capitalist societies. In: **Politics and Society** n.6 ,1976.

HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações, tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5ed- São Paulo: Edições Loyola,2014

HARVEY, David. **Os limites do capital**. tradução de Magda Lopes- [1. ed] -São Paulo: Boi tempo, 2013

IBGE. **Censo Demográfico 2000 e 2008** - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2000 e 2008. Disponível em:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/contagem/panorama>

LAGE, Flavia de Aguiar. **A nova cidade industrial**: Reestruturação produtiva em Contagem (MG) e impactos no setor terciário local (1990-2003) Belo Horizonte, 2005, 123 f. Dissertação de Mestrado (ciências Sociais) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

LAGES,S.S. Políticas públicas, valorização da terra e metropolização: RMBH e o vetor industrial de expansão, **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 22, n. 47, pp. 193-214, jan/abr 2020

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: IGC/UFMG (versão preliminar para estudos; tradução: Sérgio Martins e Doralice Pereira), 2006.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEMOS, Mauro Borges. **Integrando a Indústria para o Futuro**. Minas Gerais do Século XXI/ Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Capítulo 1: Estrutura e Dinâmica, Volume VI. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002, p. 1-100.

LENCIONI, S. (1994) **Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada**. Espaço e Debates, n. 38, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU), p. 54-61.

LENCIONI, S. A METAMORFOSE DE SÃO PAULO: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p 133-148, jan./jun.2011

LENCIONI, S. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**. VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998b, p.1-10.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e Transformações industriais. **Revista do Departamento de Geografia**, n.12, p.27-42, p. 1998a.

LENCIONI, S. **Reestruturação Urbano-Industrial**: a centralização do capital e a desconcentração da metrópole de São Paulo. A Indústria Têxtil. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. **In: *Metrópole: governo, sociedade e território***. SILVA, Cátia Antônia da, FREIRE, Désirée Guichard, OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (orgs.). – Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LIMONAD, Ester. 2014. Estado, espaço e escala no Brasil, subsídios para a reflexão. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, nº 493(41), 2014.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.231 p.

MAMIGONIAN, Armen. “Teorias sobre a industrialização”. In: Seleção de textos, nº4, Laboratório de Geografia Política e Planejamento territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In. SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-165.

MARX, Karl; **O capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013, livro I.

MARX, K. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, v. II.

MARX, K. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, v. II.

MUNIZ, ALEXSANDRA.; M.V Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais, Revista Brasileira de Geografia *Espaço e Economia* [Online], 16 | 2019, posto online no dia 03 janeiro 2020, consultado o 13 julho 2022. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/9500>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.9500>

MENDES, A.A.; **Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica**: Uma análise da estrutura produtiva mutante do polo têxtil de Americana, SP.1997. Tese (Doutorado)-IGCE-UNESP-Rio claro, 1997.

Minas Gerais do século XXI / Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte. 10v.:Rona editora, 2002

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania**: as trabalhadoras da Cidade Industrial. Belo Horizonte, Vozes, 1994.

OLIVEIRA, F.J. G; Reestruturação **Produtiva e Regionalização da Economia no Território Fluminense**, São Paulo, 2003.Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ORTIGOZA, S. A. G. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista**. Rio Claro, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

Prefeitura Municipal de Contagem/Secretaria de Cultura. **Processo para tombamento da Companhia de Cimento Portland Itaú: chaminés e prédio administrativo**. Contagem, 1999.

RAMOS, Alúcio Wellichan. **Industrialização e Desindustrialização na Metrópole Paulistana: o caso da Água Branca**. Trabalho de Graduação Individual, FFLCH - USP - Departamento de Geografia, São Paulo, 1998.

ROLNIK, R. (1994) Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. (orgs.). **Fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 351-360

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANFELICI, Daniel. As escalas de acumulação na produção das cidades. In CARLOS, A.F.A; VOLOCHKO, D; ALVARES, I.P (orgs.). **São Paulo: A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p.121 - 144

SANTOS, A. C. **Patrimônio cultural e história local: a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem**. Belo Horizonte, 2017. 116 f. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**- 7ªed. - Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Renata Cristina. **Poluição do ar e conflitos socioambientais** [manuscrito]: o caso da fábrica Itaú - Contagem - Minas Gerais (1975-88) 138 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SOARES, R.S. **A reestruturação da economia e do espaço social de contagem/mg e as novas formas de atuação do estado local: contradições e possibilidades de um processo em curso**. Belo Horizonte. 2013.185f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013

TUNES, R.H. **Da desconcentração à reconcentração industrial**: a análise da relação entre a dinâmica do espaço e a dinâmica dos ramos industriais no Município de São Paulo no final do século XX, São Paulo, 2004, 160 f; Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de Concentração: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Carlos Vainer; Otilia Arantes; Ermínia Maricato (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000, v., p. 75-104.

VALE, Clarice Gonçalves Santos. **Arranjo institucional de gestão metropolitana: o caso da região metropolitana de Belo Horizonte**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2019. [9], 99f.: il.

VIEIRA, M. A. M.; ROCHA, V. E. A Estrutura Urbana de Contagem - Evolução e Quadro Atual. **Coleção Plano Diretor** - volume II, p. 13. 1993

VILLAÇA, F: Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia A. de.et all. **Metrópole e globalização**. São Paulo, Cedesp, 1999.